



Relatório de Assessoria de Imprensa

Período: 14/12/2020 a 15/12/2020



Índice

CNC | RN

FECOMÉRCIO RN

Fecomércio-RN adere aos guias de boas práticas no e-commerce e de combate à pirataria

Notícias - 14/12/2020

5

Tribuna do Norte | RN

SISTEMA S / SENAC

Senado deve votar regulamentação do Fundeb nesta semana

Notícias - 14/12/2020

6

Blog do Heitor Gregório | RN

Natal em Natal tem mais uma semana de vasta programação cultural pela internet

Notícias - 14/12/2020

7

O Mossoroense | RN

RN atrai a construção de mais um parque eólico

Notícias - 14/12/2020

8

NoMinuto.com | RN

RN terá R\$ 1,5 milhão para fomentar empresas de alimentos e bebidas

Notícias - 14/12/2020

9

Tribuna do Norte | RN

Atividade econômica cresce 0,8% em outubro, diz BC

Notícias - 15/12/2020

10

Tribuna do Norte | RN

Câmara aprova R\$ 65,6 bi para Estados e municípios

Notícias - 15/12/2020

11

Tribuna do Norte | RN

SMG aprova réveillon e exige testes

Notícias - 15/12/2020

12

O Globo | DF

Revés na agenda das armas

Notícias - 15/12/2020

13

O Globo | DF

Em dois anos, Bolsonaro avança entre pobres e perde apoio dos ricos

Notícias - 15/12/2020

14

O Globo | DF

Corrida pela vacina

Notícias - 15/12/2020

15

O Globo | DF

Inglaterra e Holanda adotam mais restrições anti-Covid

Notícias - 15/12/2020

16

Folha de São Paulo | SP

Brasileiro agora poupa para pagar despesas do dia a dia, diz pesquisa

Notícias - 15/12/2020

17



Folha de São Paulo | DF

Retomada da atividade econômica perde força em outubro, afirma BC

Notícias - 15/12/2020

18

Estadão | DF

Com o fim do auxílio, governo estuda antecipar 13º salário para aposentados

Notícias - 15/12/2020

19

Valor Econômico | RJ

PIB per capita ruma para pior resultado em mais de um século

Notícias - 15/12/2020

20

Valor Econômico | RJ

Tim, Vivo e Claro compram área móvel da Oi sem disputa

Notícias - 15/12/2020

21

Valor Econômico | SP

Dólar deve rondar o R\$ 5 até o fim de 2021

Notícias - 15/12/2020

22

RELATÓRIO

No clipping de hoje destacamos, inicialmente, as estratégias econômicas desenvolvidas pelos brasileiros durante a pandemia. O jornal Folha de São Paulo traz matéria mostrando que a população do país agora poupa para pagar despesas do dia a dia. Os dados são da pesquisa desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. De acordo com a sondagem realizada em novembro, 37,7% da população está guardando recursos por preocupação em relação à pandemia e seus efeitos sobre a economia. Esta matéria está na página 17 do clipping.

O Estadão, na página 19 deste clipping, relata que, com o fim do auxílio, governo estuda antecipar 13º salário para aposentados. Um plano de contingência para o caso de os índices de adesão ao distanciamento social voltarem a subir como reação ao repique da covid-19. Segundo apurou o 'Estadão/Broadcast', entre os instrumentos, está a antecipação do 13º para aposentados e pensionistas do INSS e do pagamento do abono salarial, "se for necessário".

O jornal Valor Econômico traz que o PIB per capita rumo para pior resultado em mais de um século. O texto relata que o Brasil deve registrar os piores resultados para uma década de crescimento econômico e de variação de PIB per capita dos últimos 120 anos ao fim de 202, um cenário que ocorreria mesmo sem a pandemia, de acordo com levantamento da Fundação Getúlio Vargas divulgado ao Valor. Para pesquisadores, mais do que a crise na economia causada por covid-19, os dados evidenciam trajetória fraca nos últimos anos, que culminou com o "baque" da pandemia neste ano. Esta matéria está na página 20 do clipping.

Outra notícia que estampou as páginas dos principais jornais do país foi a venda da telefônica Oi. O jornal Valor Econômico, na página 21 deste clipping, relata que a TIM, Vivo e Claro compraram área móvel da Oi sem disputa. Em leilão judicial sem surpresas e com apenas uma oferta, as empresas arremataram a operação de telefonia móvel da Oi por R\$ 16,5 bilhões.



Imagens dos Clippings (a seguir)

Veículo: CNC - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 14/12/20

Título: Fecomércio-RN adere aos guias de boas práticas no e-commerce e de combate à pirataria **Impacto:** Positivo

Link: <http://cnc.org.br/editorias/sistema-comercio/noticias/fecomercio-rn-adere-aos-guias-de-boas-praticas-no-e-commerce-e#:~:text=Os%20guias%20est%C3%A3o%20dispon%C3%ADveis%20no,de%20pagamento%2C%20com%20car%C3%A1ter%20orientativo.>



HOME > EDITORIAS > SISTEMA COMÉRCIO > NOTÍCIAS > FECOMÉRCIO-RN ADERE AOS GUIAS DE BOAS PRÁTICAS NO E-COMMERCE E DE COMBATE À PIRATARIA

Fecomércio-RN adere aos guias de boas práticas no e-commerce e de combate à pirataria

COMPARTILHE



SEG, 12/14/2020 - 10:39



Guias estão disponíveis no site da Fecomércio RN

Crédito: Divulgação

A Fecomércio do Rio Grande do Norte aderiu, junto com a CNC, ao Guia de boas práticas e orientações às plataformas de comércio eletrônico e ao Guia de boas práticas e orientações para a implementação de medidas de combate à pirataria pelo Poder Público, pelos Titulares de Direito, pelas Associações e pelos Provedores de Serviços de pagamento – PSPs.

Os documentos, que foram elaborados pelo Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos Contra a Propriedade Intelectual, têm o objetivo evitar a violação à propriedade intelectual, orientando na implementação de medidas de combate à venda de produtos piratas, contrabandeados e também inviabilizando ou dificultando o recebimento de receitas oriundas da venda de bens, dispositivos e serviços.

Os guias estão disponíveis no site da **Fecomércio-RN**, e estabelecem um modelo de código de práticas e condutas a serem adotadas por todos os personagens inseridos na cadeia digital de consumo e no mercado de meios de pagamento, com caráter orientativo.

O Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos conta a Propriedade Intelectual (CNCP) é um órgão consultivo integrante do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Entre suas atribuições, estão o estudo e a proposição de medidas e ações destinadas ao enfrentamento da pirataria, contrabando, à sonegação fiscal dela decorrentes e aos delitos contra a propriedade intelectual, o estímulo, auxílio e fomento do treinamento de agentes públicos envolvidos em operações e processamento de informações relativas aos delitos contra propriedade intelectual.

Download dos guias

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 14/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Senado deve votar regulamentação do Fundeb nesta semana **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/senado-deve-votar-regulamentaa-a-o-do-novo-fundeb-nesta-semana/497919>

Senado deve votar regulamentação do novo Fundeb nesta semana

Publicação: 2020-12-14 07:25:00

O Senado deve votar nesta semana o Projeto de Lei (PL) 4.372/2020, que regulamenta o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O Projeto de Emenda à Constituição (PEC) que torna o fundo permanente foi aprovado pelo Congresso em agosto e promulgado.

A regulamentação de que trata o PL 4.372 é necessária para que os recursos do fundo possam ser utilizados em 2021. Por isso, ele precisa ser aprovado ainda este ano. De acordo com o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), o presidente da Casa, Davi Alcolumbre, pautará o projeto para a próxima sessão, na terça-feira (15). O PL foi aprovado pela Câmara na última quinta-feira (10).

O texto define detalhes do repasse de recursos do fundo às escolas. Na aprovação, os deputados incluíram a possibilidade de destinação de 10% dos recursos do Fundeb para instituições filantrópicas comunitárias, confessionais e para educação profissionalizante, inclusive promovida por entidades do Sistema S (Senai e Senac) – já financiadas pela taxa de 2,5% sobre a folha de pagamento das empresas brasileiras. Esses valores são recolhidos com os tributos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O Fundeb atende todas as etapas anteriores ao ensino superior e representa 63% do investimento público em educação básica. Os recursos do fundo são destinados às redes estaduais e municipais de educação, conforme o número de alunos matriculados na educação básica. O fundo foi criado em 2007, substituindo o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), e perderia a validade no final de 2020.

O investimento do país em educação é, atualmente, de R\$ 3,6 mil por aluno. Na estimativa do senador Flávio Arns (Podemos-PR), relator da PEC do Fundeb no Senado, o investimento chegará a R\$ 5,5 mil por aluno em 2026. Ainda em agosto do ano passado, na época da votação da PEC na Casa, ele afirmou que se o Fundeb não existisse, o investimento seria em torno de R\$ 500 por aluno.

Agência Brasil com Agência Senado

Veículo: Blog do Heitor Gregório - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 14/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Natal em Natal tem mais uma semana de vasta programação cultural pela internet **Impacto:** Neutro
Link: <http://blog.tribunadonorte.com.br/heitorgregorio/natal-em-natal-tem-mais-uma-semana-de-vasta-programacao-cultural-pela-internet>

Natal em Natal tem mais uma semana de vasta programação cultural pela internet

📅 14 de dezembro de 2020, 6 horas atrás



Com uma programação completamente realizada de forma virtual, em função da pandemia do novo coronavírus, a edição 2020 do Natal em Natal vem agradando em cheio ao público. A Prefeitura de Natal organizou uma série de eventos, contemplando as mais diversas manifestações artísticas e culturais para marcar a passagem do período natalino e os festejos de final de ano. Estão previstos mais de 30 shows através do canal da Prefeitura no Youtube e de projetos parceiros que levarão cultura e lazer de qualidade aos natalenses.

Em paralelo ao Natal em Natal, reforça o espírito natalino na cidade a decoração especial de fim de ano, com destaque para a Árvore de Mirassol, acesa oficialmente na última sexta-feira (11) pelo prefeito Álvaro Dias. Com 110 metros de altura, a Árvore de Mirassol é considerada a maior do Brasil. Neste ano, o tema do projeto de decoração é "Natal de vida e esperança". Além de contemplar a árvore, o público pode visitar a Casinha do Papai Noel em Mirassol que funciona de quinta a domingo, das 18h às 21h. Com exceção do próximo dia 24, véspera de Natal.

Nesta semana, a programação do Natal em Natal começa na terça-feira (15). Do conforto de suas casas, o público vai poder acompanhar no canal do Youtube da Prefeitura de Natal três ótimas opções de lazer. Às 17 horas, será a aberta exposição de Artes Visuais (Galeria Newton Navarro), com obras de temas variados de artistas plásticos locais. Já às 19h30, haverá a apresentação da Tribo de Índios Tupi Guarani. Por fim, a programação da terça se encerrará às 20 horas com a Oficina Didática Confeção de Bonecos para o Teatro de João Redondo.

As apresentações seguem na quinta-feira (17) com um cardápio variado para o público, que poderá conferir a partir das 19 horas o "Dançando Tradições – Homenagem ao Rei do Baião". O músico Ivando Monte vai celebrar 50 anos de carreira com uma live especial, às 20 horas, que será transmitida no link www.youtube.com/channel/UCSp6AsTfd_N-rfSC72nRA. Já às 21 horas, a tradição dos repentinos nordestinos vai fechar a programação do dia, às 21 horas. O repentista Felipe Pereira receberá convidados para a realização de um grande show. Tudo transmitido ao vivo no endereço www.youtube.com/c/PoetaFelipePereira.

O próximo final de semana também vai ter opção para todos os gostos e ritmos. Na sexta (18), com shows de Camarões Orquestra Guitarrística, Banda Sinfônica da Cidade de Natal, Bonde do Brasil e Gianini Alencar. Já no sábado (19), haverá mais uma apresentação da Banda Sinfônica. O roteiro cultural vai continuar com shows de Nera Costa, Adulio Mendes e Kátia Cilene. A programação da semana terminará no domingo (20), com a Banda Grafith levando seu ritmo pelos canais digitais em show transmitido pelo Youtube da PMN, a partir das 19 horas. Na sequência, acontecerá a apresentação da cantora Érika Silva.

Dentro da programação de shows e apresentações, o público já acompanhou o Encontro Nacional de Mulheres na Roda de Samba, Encontro Nacional de Corais, Apresentações do Ballet Municipal, Enconat, A Feira Garajal e lives musicais de artistas do porte de Douglas Pegador, Sirano e Sirino, Circuito Musical e Banda Sinfônica da Cidade de Natal. Até o dia 31, estão previstos eventos de audiovisual, dança, teatro e artes visuais. A programação completa pode ser conferida no portal da Prefeitura de Natal (www.natalrn.gov.br). "A primeira semana foi bem positiva. Tivemos um bom retorno. A expectativa é de que o público vá tomando conhecimento e acompanhando ainda mais os eventos", aposta o secretário municipal de Cultura, Dácio Galvão.

Veículo: Jornal O Mossoroense - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 14/12/20 - **Cidade/UF:** Mossoró / RN
Título: RN atrai a construção de mais um parque eólico **Impacto:** Neutro
Link: <https://www.omossoroense.com.br/rn-atrai-a-construcao-de-mais-um-parque-eolico>

RN atrai a construção de mais um parque eólico

O parque, com instalação em São Miguel do Gostoso, tem capacidade de gerar 206 MW de energia renovável, ampliando o potencial energético do Estado

On 14 de dezembro de 2020



A subsidiária brasileira de energia renovável do Grupo Enel, Enel Green Power Brasil Participações Ltda. (“EGPB”), iniciou a construção, no Rio Grande do Norte, de um novo empreendimento — o Parque Eólico de Cumaru (206 MW), localizado no município de São Miguel do Gostoso. Sua construção demandará um investimento de 184 milhões de dólares.

“Nosso Governo tem uma política de estado focada para o desenvolvimento de energias renováveis, e estamos conseguindo desenvolver um ambiente favorável para atração de investimentos do setor elétrico em nosso Estado”, disse a governadora Fátima Bezerra.

No Nordeste, serão ao todo quatro parques eólicos e um solar, que somam 1,3 GW de nova capacidade. No Piauí, está sendo construído o parque eólico Lagoa dos Ventos III (396 MW) e o parque solar São Gonçalo III (256 MW). Outros dois projetos eólicos – Morro do Chapéu Sul II (353 MW), na Bahia, e Fontes dos Ventos II (99 MW), em Pernambuco, também estão em andamento, além do Cumaru (206 MW), no Rio Grande do Norte.

“Aqui no estado temos ainda muito potencial a ser explorado. Em termos de capacitação profissional, o Rio Grande do Norte é o maior formador de mão de obra para o setor eólico e solar do Brasil; no campo das novas tecnologias estamos incentivando, através de parcerias com empresas e instituições, o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para indústria eólica offshore. E estamos elaborando um “Atlas Eólico e Solar”, que ao final das medições e certificações, disponibilizaremos para as empresas e sociedade um banco de dados dinâmico com todas as informações em tempo real”, afirmou a governadora.

Os novos parques serão apoiados principalmente por contratos de fornecimento de energia negociados com clientes corporativos no mercado livre de energia brasileiro e deverão começar a operar em 2021. Quando estiverem em plena operação, os cinco novos parques serão capazes de gerar mais de 5,5 TWh de energia por ano, evitando a emissão de aproximadamente 3 milhões de toneladas de CO2 na atmosfera anualmente.

“Esses novos projetos fortalecem ainda mais nosso compromisso com o desenvolvimento do setor brasileiro de energia renovável, a fim de diversificar a matriz energética do país, bem como contribuir para o desenvolvimento econômico e social das comunidades em que estamos presentes”, comenta Salvatore Bernabei, CEO da Enel Green Power.

Dentro do Grupo Enel, a Enel Green Power é dedicada ao desenvolvimento e operação de energias renováveis em todo o mundo, com presença na Europa, Américas, Ásia, África e Oceania. A companhia é líder global no setor de energia limpa, com capacidade gerenciada de cerca de 47 GW, distribuídas em um mix de geração que inclui eólica, solar, geotérmica e hidrelétrica, e está à frente na integração de tecnologias inovadoras em usinas renováveis.

No Brasil, o Grupo Enel, por meio de suas subsidiárias EGPB e Enel Brasil, tem uma capacidade total instalada renovável de cerca de 3,4 GW, dos quais 1.210 MW são de fonte eólica, 979 MW de solar e 1.269 MW de hidro.

Durante a construção dos empreendimentos, rigorosos protocolos de segurança estão sendo implementados, diante da pandemia em curso e em linha com as indicações das autoridades sanitárias, com o objetivo de garantir a necessária proteção aos trabalhadores envolvidos na construção bem como a comunidades onde os parques estão sendo instalados.

Foram estabelecidas diretrizes rígidas para viagens, que incluem quarentena preventiva quando o trabalhador se desloca para cidades fora da região da obra, intensificou a sanitização de suas instalações, veículos e dos ambientes nos canteiros de obra e implementou medidas para garantir práticas de trabalho seguras. No canteiro de obras dos parques, a rotina das equipes e as operações foram estruturadas para manter o distanciamento social. Além de realizar, quinzenalmente, campanhas massivas de testagem que envolvem todos os colaboradores que trabalham nos canteiros das obras.

Veículo: NoMinuto.com - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 14/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: RN terá R\$ 1,5 milhão para fomentar empresas de alimentos e bebidas **Impacto:** Neutro
Link: <https://nominuto.com/noticias/economia/rn-tera-r-15-milhao-para-fomentar-empresas-de-alimentos-e-bebidas/210710>

RN terá R\$ 1,5 milhão para fomentar empresas de alimentos e bebidas

ideia é acelerar e apoiar micro e pequenas empresas do Estado no que se refere à introdução de tecnologias.

Da redação, Sebrae, 14 de dezembro de 2020

Compartilhar 0

Twitter



Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial vai destinar R\$ 1,5 milhão para projetos de transformação digital de empresas no RN.

O Rio Grande do Norte foi um dos estados contemplados para receber recursos do edital Digital da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), que destinará R\$ 1,5 milhão para projetos de transformação digital de empresas. O programa tem alcance em todo o Nordeste.

A Rede Transforma RN, que tem o Sebrae-RN como unidade executora e a Fiem, Instituto Metrôpole Digital (IMD), Agência de Fomento do Estado (AGN) e Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (Sedec), foi um dos sete ecossistemas de inovação vencedores do edital nessa experiência piloto. Os recursos serão destinados à aceleração das empresas da cadeia produtiva de alimentos e bebidas em função da alta relevância para a economia local.

A ideia é acelerar e apoiar micro e pequenas empresas do Rio Grande do Norte no que se refere à introdução de tecnologias, bem como aumentar a participação desses pequenos negócios locais no mercado digital.

O foco central é dar suporte de maneira decisiva para que empresas tradicionais que operam nesse segmento possam dar passos rápidos e essenciais para atenderem o novo consumidor, que espera ter uma relação rápida, customização e acolhedora com as marcas. "Através desse projeto, o empreendedor local irá interagir e obter maiores resultados no mundo digital", afirma a gerente da Unidade de Desenvolvimento Setorial do Sebrae-RN, Lorena Roosevelt.

Segundo o gerente da Unidade de Negócios, Inovação e Tecnologia do Sebrae-RN, David Gois, todo o projeto estará baseado na transformação digital, que visa aproximar a cadeia de alimentos e bebidas dos clientes em qualquer lugar do país com qualidade e promovendo uma melhor experiência para o mercado consumidor. O projeto tem como meta atender 550 empresas, aumentando em 30% o índice de transformação digital e 10% de produtividade.

Na etapa piloto, a primeira fase consta do desenvolvimento de uma plataforma, que possibilitará uma transformação no atendimento destas demandas, aumentando a agilidade das interações e resolução das demandas. As empresas que serão contempladas pela iniciativa terão atendimento via plataforma, aproximação simplificada com vários provedores de soluções (Sebrae, UFRN, Fiem, Sedec e AGN) e suas redes de apoio.

O Edital 'Digital BR' foi lançado pela ABDI no início do segundo semestre, com o intuito de acelerar projetos inovadores na região Nordeste e aumentar sua maturidade digital. O Digital BR tem a missão de contribuir para o desenvolvimento da capacidade produtiva das empresas da região. "Esses recursos permitirão uma grande transformação no atendimento das atuais necessidades das micro e pequenas empresas do estado, agilizando e aproximando toda a cadeia de provedores de soluções para essas empresas que necessitam de velocidade de tecnologia e de transformação digital para permanecer fortalecidas nesse mercado tão competitivo", afirma David.

Para o edital, foi criada no Rio Grande do Norte uma Rede de parceiros formada pelo Sebrae (Unidade Operacional do Projeto), FIERN, AGN, SEDEC e IMD visando disponibilizar recursos e conhecimentos de forma integrada para, na etapa piloto, desenvolver um HUB de soluções voltadas para apoiar a 50 indústrias de alimentos e bebidas para revisão de modelos de negócios e redirecionamento de estratégias rumo à transformação digital. Isso representa aproximação, relacionamento e melhoria da experiência dos clientes convertendo em resultados de mercado e competitividade.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 15/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Atividade econômica cresce 0,86% em outubro, diz BC **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/atividade-economica-cresce-0-86-em-outubro-diz-banco-central/498009>

economia

TRIBUNA DO NORTE



VACINAS CONTRA A COVID-19
COMEÇAM A SER DISTRIBUÍDAS
NOS ESTADOS UNIDOS. PÁGINA 8



SALÁRIO-MÍNIMO
R\$ 1.045,00

TAXA SELIC
2,00%



NA TV ONLINE
Assim como Rádios e RádioCariocas,
sobre o novo coronavírus no RN, no
Brasil e no mundo.
www.tribunadonorte.com.br

Atividade econômica cresce 0,86% em outubro, diz BC

« AVANÇO » O IBC-Br, que mede o nível da atividade econômica, teve alta de 6,46% no acumulado do trimestre encerrado em outubro ante o anterior

Após a forte retração nos meses de março e abril, em meio à pandemia do novo coronavírus, a atividade econômica brasileira apresentou o sexto mês consecutivo de alta. O Banco Central informou nesta segunda-feira (14) que seu Índice de Atividade (IBC-Br) subiu 0,86% em outubro ante setembro, na série já livre de influências sazonais. Em setembro, o avanço havia sido de 1,68% (dado revisado).

Os efeitos da pandemia do novo coronavírus sobre a economia, apesar de percebidos em fevereiro, se intensificaram em todo o mundo a partir de março. Para conter o número de mortes, o Brasil adotou o isolamento social em boa parte do território, o que impactou a atividade econômica. Os efeitos negativos foram percebidos principalmente em março e abril. Nos últimos meses, porém, o IBC-Br demonstrou reação.

De setembro para outubro, o índice de atividade calculado pelo BC passou de 135,59 pontos para 136,75 pontos na série dessazonalizada. Este é o maior patamar desde fevereiro deste ano (140,07 pontos).

Na comparação entre os meses de outubro de 2020 e outubro de 2019, houve baixa de 2,61% na série sem ajustes sazonais. Esta série encerrou com o IBC-Br em 139,37 pontos em outubro.

Acumulado no ano

O IBC-Br acumulou baixa de 4,92% no ano até outubro, informou o Banco Central. O percentual diz respeito à série sem ajustes sazonais. Pela mesma série, o IBC-Br apresenta baixa de 3,93% nos 12 meses encerrados em outubro.

Os efeitos da pandemia do novo

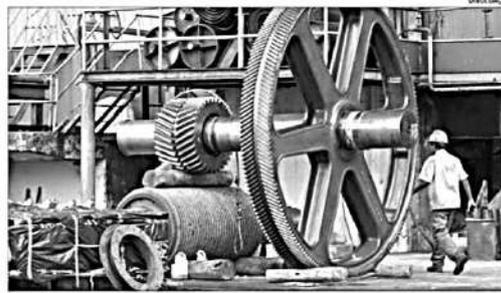
coronavírus sobre a economia, apesar de percebidos em fevereiro, se intensificaram em todo o mundo a partir de março. Para conter o número de mortes, o Brasil adotou o isolamento social em boa parte do território, o que impactou a atividade econômica. Os efeitos negativos foram percebidos principalmente em março e abril. Nos últimos meses, porém, o IBC-Br demonstrou reação.

O Banco Central também informou que o IBC-Br registrou alta de 6,46% no acumulado do trimestre encerrado em outubro de 2020, na comparação com os três meses anteriores (maio a julho), pela série ajustada sazonalmente.

Por outro lado, o BC informou que o IBC-Br acumulou baixa de 2,65% no trimestre até outubro de 2020 em relação ao mesmo período de 2019, pela série sem ajustes sazonais.

Revisões

O BC revisou os dados do IBC-Br na margem, na série com



Boletim do Banco Central vem apontando recuperação da atividade econômica nos últimos meses

ajuste. O índice de setembro foi de +1,29% para +1,68%, enquanto o índice de agosto passou de +1,39% para +1,63%.

No caso de julho, o índice foi de +3,77% para +2,42%. O dado de junho passou de +5,38% para +5,23% e o de maio foi de +1,68% para +2,15%. Em relação a abril, o BC alterou o indicador de -9,23% para -9,46%. No caso de março, de -5,86% para -6,01%.

Conhecido como uma espécie de "previsão do BC para o PIB", o IBC-Br serve mais precisamente como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses. A projeção atual do BC para a atividade doméstica em 2020 é de retração de 5,0%. Este cálculo será atualizado na próxima quinta-feira por meio do Relatório Trimestral de Inflação (RTI).

PIB

Conforme o Relatório de Mercado Focus, a expectativa para a economia este ano passou de

retração de 4,40% para queda de

4,41%. Há quatro semanas, a estimativa para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2020 era de baixa de 4,66%. Para 2021, o mercado financeiro manteve a previsão do Produto Interno Bruto (PIB), em alta de 3,50%. Quatro semanas atrás, estava em 3,31%. No Focus divulgado nesta segunda-feira, a projeção para a produção industrial de 2020 seguiu em baixa de 5,00%. Há um mês, estava em baixa de 5,34%. No caso de 2021, a estimativa de crescimento da produção industrial seguiu em 5,00%, ante 3,72% de quatro semanas antes.

A pesquisa Focus mostrou ainda que a projeção para o indicador que mede a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB para 2020 passou de 66,10% para 65,70%. Há um mês, estava em 67,00%. Para 2021, a expectativa foi de 68,10% para 67,01%, ante 69,60% de um mês atrás.

“Única forma de crescer é via produtividade”

Com o fim do bônus demográfico no Brasil, a única forma de gerar crescimento econômico será com ganhos de produtividade, afirmou nesta segunda-feira (14), Sílvia Matos, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), ao participar do seminário online “Produtividade e Reformas”, organizado pela entidade em parceria com o jornal O Estado de S. Paulo. “Num país com população jovem, conseguimos um maior crescimento, pois há muita gente trabalhando”, afirmou Sílvia.

O crescimento econômico com grande proporção de jovens na população em geral se dá num contexto de “bônus demográfico”. O bônus ocorre quando a população em idade ativa (PIA) cresce num ritmo superior ao crescimento populacional, disse Sílvia.

Só que, desde 2018, os dados

do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) apontam para o fim do bônus demográfico, lembrou a pesquisadora do Ibre/FGV. Com a PIA crescendo a um ritmo abaixo do crescimento populacional em geral, o País passou a ter “ônus demográfico”. “O bônus se converteu em ônus demográfico. A única forma de gerar crescimento será com ganhos de produtividade”, afirmou Sílvia.

O problema, porém, é que as estatísticas históricas “mostram que estamos muito distantes da fronteira de produtividade, que é os Estados Unidos”, completou a pesquisadora. “O problema de produtividade do Brasil é generalizado entre os setores. Até na agropecuária, há uma distância muito grande para os Estados Unidos”, disse Sílvia.

Como mostrou o jornal O Estado de S. Paulo, mesmo com a economia desorganizada pela

COVID-19, a produtividade subiu 3,8% no terceiro trimestre, após a alta de 3,4% no segundo trimestre, sempre ante 2019, conforme cálculos do Ibre/FGV. Só que a alta se deve a peculiaridades da pandemia. De 1981 a 2019, o crescimento ao ano da produtividade foi, em média, de apenas 0,4%, conforme a série histórica construída por pesquisadores do Observatório da Produtividade Régis Bonelli, do Ibre/FGV.

Fernando Veloso, também pesquisador do Ibre/FGV, levantou dúvidas sobre a capacidade de alta recente na produtividade se manter. Sem reformas, a tendência é a economia brasileira voltar ao padrão de baixo crescimento da produtividade, impedindo um crescimento econômico mais acelerado.

Para o pesquisador associado do Insper Marcos Mendes, o sistema tributário complexo e a

precariedade da infraestrutura nacional contribuem para a economia brasileira ter poucos ganhos de produtividade nas últimas décadas. Por isso, persistir na agenda de reformas é essencial, completou o pesquisador, que foi da equipe econômica do governo Michel Temer.

Segundo Mendes, o sistema tributário interfere na produtividade em vários níveis. Por causa da cobrança de tributos, as empresas muitas vezes escolhem insumos ou decidem produzir internamente insumos que poderiam ser terceirizados não em função da eficiência, mas sim em função da diminuição do montante de impostos pagos. Ele defende “liberar recursos para investimentos públicos” e a abertura econômica. “Sem ela, não temos acesso a insumos de qualidade e máquinas de qualidade”, afirmou Mendes.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 15/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Câmara aprova R\$ 65,6 bi para Estados e municípios **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/ca-mara-aprova-regras-para-repasse-de-r-65-6-bilha-es-a-estados-e-municipios-em-compensaa-a-es-da-lei-kandir/498007>

Câmara aprova R\$ 65,6 bi para Estados e municípios

« LEI KANDIR » Do total, R\$ 58 bilhões devem ser transferidos entre 2020 e 2037. Estão previstos também dois repasses extras da União de R\$ 4,6 bi

A Câmara dos Deputados aprovou nesta segunda-feira (14), por 408 votos a 9, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 133/2020, proposta que autoriza a transferência de R\$ 65,6 bilhões até 2037 de recursos da União a Estados e municípios para compensar perdas de arrecadação provocadas pela Lei Kandir, de 1996. A matéria foi aprovada sem alterações e será enviado ao Senado e será enviada à sanção presidencial. O dinheiro vai compensar perdas de arrecadação decorrentes da isenção da cobrança de ICMS de produtos destinados à exportação.

O valor está previsto em acordo firmado no Supremo Tribunal Federal (STF) entre a União e o Fórum Nacional de Governadores, homologado em maio deste ano. Em contrapartida, os estados desistirão de todas as ações na Justiça sobre o tema dentro de dez dias da publicação da futura lei; e a obrigação da União de entregar recursos compensatórios acabará. Pela extinção das causas, não serão devidos honorários advocatícios.

Do total repassado como compensação, R\$ 58 bilhões devem ser transferidos entre 2020 e 2037. Estão previstos também, como parte do acordo, dois repasses extras da União. Um, de R\$ 3,6 bilhões, condicionado à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do pacto federativo, que está no Senado. O outro, de R\$ 4 bilhões, depende do leilão de petróleo dos blocos de Atapu e Sépia, na Bacia de Santos (SP).

Dos R\$ 58 bilhões previstos entre 2020 e 2037, R\$ 4 bilhões serão entregues a cada ano entre 2020 e 2030. De 2031 a 2037, os valores vão diminuindo R\$ 500 milhões ao ano (R\$ 3,5 bilhões em 2031; R\$ 3 bilhões em 2032; e assim por diante).

O texto também libera a União de apresentar estimativas de impacto orçamentário, aumento de receita ou diminuição de despesas para compensar esses repasses, que não serão considerados despesa obrigatória de



Lucas Redecker, relator da matéria, disse que repasse ajudará estados e municípios em dificuldades

caráter continuado.

A polêmica existe desde 1996, quando a Lei Kandir exonerou as exportações de todos os tributos, inclusive estaduais, e remeteu a uma outra lei complementar como seriam feitas as compensações aos estados e ao Distrito Federal. "[O projeto] resulta de acordo que objetiva finalizar controvérsia judicial complexa e duradoura entre os entes da Federação sobre compensações decorrentes de desonerações tributárias da Lei Kandir. Nesse contexto, a proposição recebeu tratamento excepcional, sendo dispensada de cumprir os requisitos da LDO de 2020", explicou o relator, deputado Lucas Redecker (PSDB/RS).

Para o relator, a proposta é aprovada "em bom momento", em virtude das dificuldades financeiras de estados e municípios provocadas pela pandemia de covid-19.

Critérios de rateio

Os R\$ 58 bilhões a serem pagos até 2037 deverão ser rateados entre os estados segundo dois critérios. Metade dos recursos serão divididos conforme coeficientes definidos no projeto. Por esse critério, os estados de São Pau-

lo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, juntos, ficam com cerca de 60% dessa metade.

Para os demais 50%, valerão coeficientes divulgados periodicamente pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão que reúne as secretarias de Fazenda de todos os estados e do DF. Entretanto, os estados ficam com 75% do valor recebido de todo o repasse porque a Constituição determina a destinação do restante (25%) aos municípios.

A União entregará o dinheiro diretamente às prefeituras segundo suas cotas-parte do ICMS dentro de cada estado.

Leilões de petróleo

Esses critérios valem ainda para o repasse dos R\$ 4 bilhões vindos da arrecadação com a venda dos direitos de exploração do pré-sal. No leilão do ano passado, não apareceram interessados pelos campos de Atapu e Sépia, pelos quais o governo pedia R\$ 36,6 bilhões. Se os leilões ocorrerem em anos distintos, o repasse será de R\$ 2 bilhões em cada exercício em parcela única.

No caso desses R\$ 4 bilhões, os estados somente poderão apli-

car o dinheiro em despesas previdenciárias suas e das estatais dependentes, em fundos previdenciários de servidores públicos, para pagar contribuições sociais devidas ao INSS ou para investimento. Já os municípios poderão escolher entre gastar os recursos, alternativamente, com investimento ou com essas contribuições sociais.

No mês passado, o presidente, Jair Bolsonaro, sancionou uma lei que permite o início do cumprimento do acordo. A primeira parcela do total devido pela União será quitada ainda neste ano.

O que é a Lei Kandir

Batizada de Lei Kandir, essa legislação isentou da cobrança de ICMS a exportação de produtos primários e semielaborados - como soja, milho, carnes e minérios - com o objetivo de estimular exportações e reduzir custos para o produtor.

O texto previa que a União deveria, de forma provisória, compensar estados e municípios pela perda na arrecadação do tributo. Defensores do projeto dizem que a contrapartida nunca foi devidamente equacionada, o que resultou na judicialização do tema.

« TELEFONIA »

Claro, Vivo e TIM ficam com operação celular da Oi

Consórcio comprou, em leilão do TJRJ, por R\$ 16,5 bilhões, a operação móvel da Oi

A "supertele" nacional, definitivamente, não existe mais. Um consórcio formado pela Vivo, Claro e TIM comprou, em leilão organizado pelo Tribunal de Justiça do Rio, por R\$ 16,5 bilhões, as operações de telefonia móvel da Oi. A empresa que nasceu em meio a polêmicas na época da privatização do Sistema Telebras e que, nos governos petistas, recebeu um empurrão para se tornar uma "campeã nacional", e que hoje está em recuperação judicial, vai agora se dedicar somente à operação de fibra óptica.

Em documentos enviados à Comissão de Valores Imobiliários (CVM) na noite desta segunda-feira (14), as operadoras Telefônica Brasil, Claro e TIM divulgaram alguns detalhes sobre a compra do negócio de telefonia móvel da Oi, por R\$ 16,5 bilhões. O ativo foi arrematado em leilão organizado pelo TJ-RJ e sem concorrência.

Caberá à Tim o maior desembolso, de 44% dos valores de Preço Base e Serviços de Transição, perfazendo cerca de R\$ 7,3 bilhões. "Com relação ao financiamento desta aquisição, a TIM, considerando seu baixo endividamento e as condições de mercado atuais, entende ser possível financiá-la através do mercado de dívida local e de sua geração de caixa", disse a empresa. O grupo abocanhará cerca de 14,5 milhões de clientes (40% da base total da UPI Ativos Móveis).

Já a Telefônica será responsável por 33% do Preço Base e Serviços de Transição, equivalente a aproximadamente R\$ 5,5 bilhões, e terá aproximadamente 10,5 milhões de clientes (correspondendo a aproximadamente 29% da base total da UPI Ativos Móveis). A Claro será responsável pelo pagamento de R\$ 3,7 bilhões (aproximadamente 22% do preço de compra). O grupo terá ainda 32% da base total de clientes da UPI Ativos Móveis, de acordo com a base de acessos da Anatel de abril/2020.

Em fato relevante, a Claro explicou que conforme previsto no contrato, os ativos que formam

a UPI Ativos Móveis serão segregados em três sociedades de propósito específico (SPE), de modo que cada uma das Compradoras deverá adquirir, no fechamento da Transação, a totalidade das ações de uma única SPE detentora do conjunto de ativos específicos que lhe couber, de acordo com plano de segregação a ser acordado entre as Compradoras. "A SPE que será adquirida pela Claro terá como ativos uma parcela da base de clientes e certos ativos de infraestrutura do Grupo Oi", disse a empresa.

Nos termos do Contrato, as compradoras ainda se comprometeram a celebrar com o Grupo Oi, na data de fechamento da transação, contratos de longo prazo para o fornecimento de capacidade de transmissão de dados para as compradoras, na modalidade take-or-pay, cujo VPL (valor presente líquido) corresponde a aproximadamente R\$ 819 milhões, considerando todas as compradoras em conjunto. Todas destacaram que a conclusão do negócio dependerá das análises do Cade e da Anatel. Segundo a assessoria do consórcio, a proposta das três empresas foi a única no leilão.

Concentração de mercado

Com essa divisão, o mercado brasileiro de telefonia se torna mais concentrado. Mas isso não é necessariamente ruim, segundo alguns analistas. "Em tese, um grau de concentração mais alto implica em diminuir a concorrência. Só que a Oi é uma empresa em recuperação judicial, com poucos recursos para investir e que pode sucumbir e sair do mercado de qualquer forma", disse o ex-conselheiro do Cade e professor de economia na Fundação Getúlio Vargas (FGV), Arthur Barrionuevo.

Segundo ele, o argumento de maior concentração não seria um impeditivo, por si só, para justificar a reprovação do fomento da companhia entre as rivais sob os olhos do Cade. "Qual benefício a Oi está oferecendo para a telefonia móvel?", questiona. Já o consultor e ex-presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Juarez Quadros, tem uma visão mais cautelosa. "O consumidor poderia ser beneficiado, porque as empresas vão ganhar escala e investir mais em inovação e qualidade", diz. "Por outro lado, precisamos ver como fica a estratégia comercial", diz.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 15/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: SMG aprova réveillon e exige testes **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/sa-o-miguel-do-gostoso-autoriza-festas-privadas-e-exige-testes-de-covid-19/497967>

10 Natal - Rio Grande do Norte
Terça-feira, 15 de dezembro de 2020

natal

TRIBUNA DO NORTE

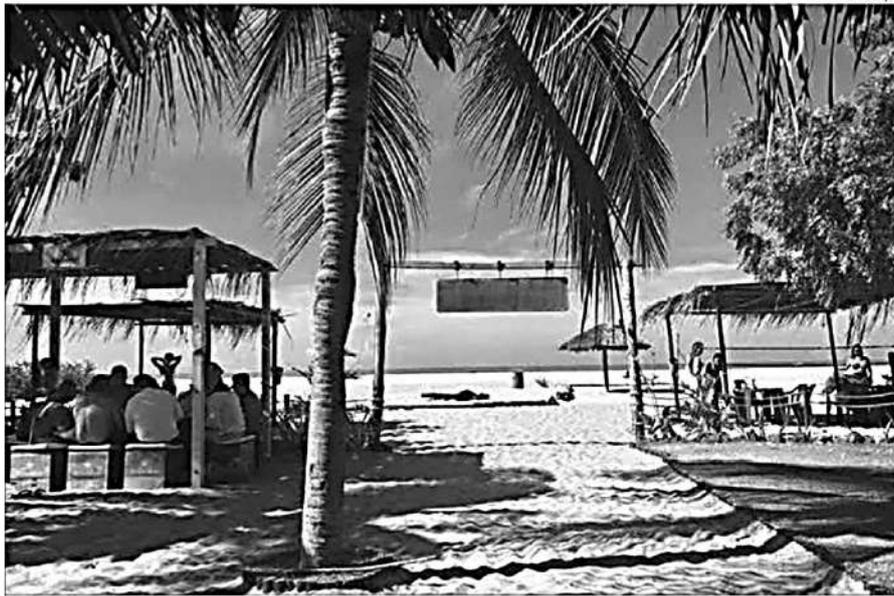
SMG aprova réveillon e exige testes

« PANDEMIA » Faltando menos de 15 dias para o início do ciclo das badaladas festas de fim de ano na praia de São Miguel do Gostoso, a Prefeitura editou Decreto estabelecendo regras para realização de festas privadas

A prefeitura de São Miguel do Gostoso publicou nesta segunda-feira (14), o Decreto Nº 120/2020 que regulamenta as festividades de fim de ano em meio à pandemia do coronavírus. O documento determina a suspensão de eventos acima de 50 pessoas patrocinados com recursos públicos no município, mas libera a organização pela iniciativa privada, desde que sejam cumpridas as medidas de segurança, como a testagem dos clientes e funcionários.

Eventos abertos ao público em geral (gratuitos) podem acontecer, seguindo as recomendações dos órgãos de saúde. Para eventos não abertos ao público em geral (pagos), a Prefeitura Municipal lista, pelo menos, nove pontos que devem ser atendidos. Dentre esses, estão a testagem dos trabalhadores envolvidos e também dos clientes, disponibilização de máscaras descartáveis em pontos estratégicos, a instalação de um posto médico no local custeado exclusivamente pela organização, entre outros.

A cidade de São Miguel do Gostoso tem uma das festas de réveillon mais famosas do país e fica lotada na última semana do ano. De acordo com o site oficial, serão cinco eventos com open bar, além da festa de virada de ano. Na programação estão nomes como Vintage Culture, Dennis, Thiaguinho e Pedro Sampaio. Os ingressos individuais custam a partir de R\$ 790 para o público feminino e



Há cinco anos, os festejos de réveillon na praia de São Miguel do Gostoso, no litoral Norte do RN, atrai turistas de diversos países



NÚMERO

R\$ 5.150

é o custo unitário do pacote de festas para o público masculino na praia de São Miguel do Gostoso

R\$ 1.190 para o público masculino. O pacote com todas as festas custa R\$ 3.800 para mulheres e R\$ 5.150 para homens. Os valores não incluem as taxas de serviços pela venda cobradas no site oficial da festa e ainda estão à venda.

Recomendação

Na semana passada, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN) havia recomendado à Prefei-

tura de São Miguel do Gostoso que as festividades fossem canceladas.

Para a decisão de autorizar a realização de festas com recursos da iniciativa privada foi levado em consideração "que as festividades de fim de ano são de grande importância e tradição para a localidade, para o turismo e para a geração de emprego e renda".

O Decreto Nº 120/2020 diz ainda que barreiras sanitárias

serão instaladas no acesso ao município, para controle e aferição de temperatura, bem como, para orientação educativa, sendo permitido a partir do próximo dia 21 somente o ingresso de residentes locais, de pessoas com vínculo na cidade e de pessoas com reservas previamente efetuadas (hóspedes, locatários, entre outros).

A fiscalização do decreto ficará por conta das autoridades competentes municipais.

RN ultrapassa 2.800 óbitos pela covid-19

O número de mortos pela covid-19 no Rio Grande do Norte chegou a 2.805 (sendo 03 óbitos nas últimas 24h, Parnamirim(1) e Mossoró(2)) nesta segunda-feira (14) conforme o Boletim Epidemiológico Nº 243 da Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap/RN). O quantitativo de pessoas infectadas pelo novo coronavírus chegou a 104.229 e 248.686 casos foram descartados. Existem, na atualidade, 424 óbitos em investigação e 707 descartados para a doença.

O documento aponta a internação de 363 pacientes, dos quais 172 estão no serviço público (87 em leitos clínicos, 43 em semi intensivos e 42 em UTIs) e 191 no serviço privado (75 em leitos clínicos, 27 em semi intensivos e 89 em UTIs).

Às 19h45 desta segunda-feira, o índice de ocupação dos leitos críticos da rede administrada pela Sesap no Estado estava em 67,9%. Na região Metropolitana, com 66,7%; no Oeste, a mais alta, com 78,8% e, no Seridó, com 51,4%.

Na semana passada, o Governo do Estado anunciou a abertura de 89 leitos específicos para o tratamento da doença, o que fez reduzir o nível de ocupação em caráter estadual.

DIVULGAÇÃO

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 15/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF
Título: Revés na agenda das armas **Impacto:** Neutro

País



SEM SUBSTITUIÇÃO GARANTIDA

Lava-Jato de Curitiba tem duas baixas

Paulo Roberto Galvão e Julio Noronha deixam de fazer parte da equipe. glo.bo/3qQ0bJU

REVÉS NA AGENDA DAS ARMAS

Fachin barra medida que zerou tributos

CAROLINA BRÍGIDO EALICE CRAVO
opaco@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Em mais uma derrota para o presidente Jair Bolsonaro na tentativa de levar adiante sua agenda armamentista, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu ontem a alíquota zero para importação de revólveres e pistolas. A isenção, determinada na semana passada pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), do Ministério da Economia, entraria em vigor em 1º de janeiro, e a estimativa de perda de arrecadação era de R\$ 230 milhões.

Na decisão, atendendo a um pedido do PSB, Fachin sustentou que o direito à legítima defesa deve ser assegurado pelo Estado, e não pelos cidadãos de maneira individual. Para ele, a alíquota zero na importação de armas de fogo incentivava compra dos equipamentos por pessoas comuns.

"O Comitê de Direitos Humanos do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos anotou, em seu Comentário Geral nº 36, que o direito à vida compreende o direito de não ser arbitrariamente dela privado. Assim, caberia aos Estados regular proporcionalmente o uso da força, a fim de se assegurar a razoabilidade com que ela é empregada", anotou.

Segundo o ministro, "não há, por si só, um direito ir-restrito ao acesso às armas, ainda que sob o manto de um direito à legítima defesa". Fachin escreveu ainda que "o direito de comprar

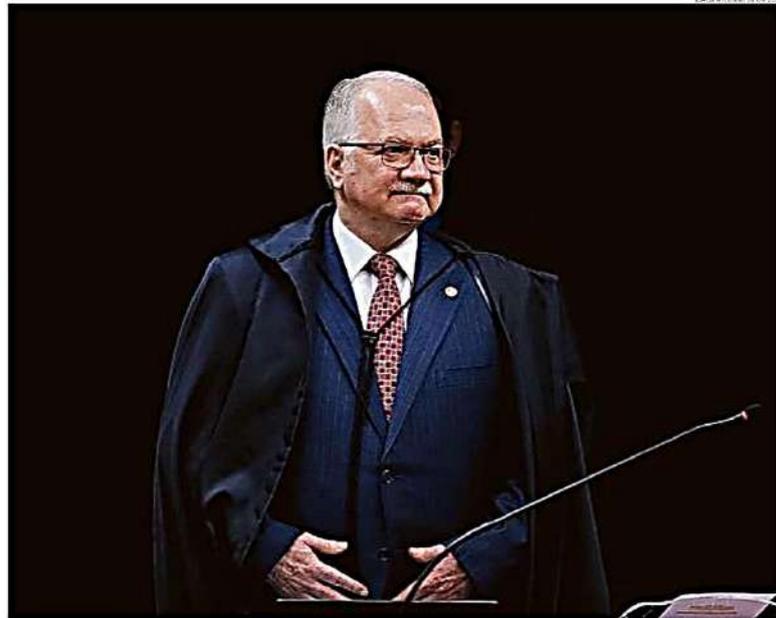
uma arma, caso eventualmente o Estado opte por concedê-lo, somente alcança hipóteses excepcionais, naturalmente limitadas pelas obrigações que o Estado tem de proteger a vida". Ele prosseguiu dizendo que o uso de armas de fogo somente se justifica em casos de absoluta necessidade".

Para Fachin, "a segurança dos cidadãos deve primeiramente ser garantida pelo Estado e não pelos indivíduos". "Incumbe ao Estado diminuir a necessidade de se ter armas de fogo por meio de políticas de segurança pública que sejam promovidas por policiais comprometidos e treinados para proteger a vida e o Estado de Direito. A segurança pública é direito do cidadão e dever do Estado", ressaltou o ministro, para quem a medida adotada pelo Ministério da Economia contradiz "o direito à vida e o direito à segurança, viola o ordenamento constitucional brasileiro".

JURISTAS DIVERGEM

Com a decisão de Fachin, fica mantido o imposto de importação atual, que é de 20% sobre o valor da arma. O ministro também determinou que a decisão individual será submetida à análise do plenário do Supremo. Caberá ao presidente da Corte, Luiz Fux, agendar uma data para o julgamento. Ao chegar ao Palácio da Alvorada, o presidente Jair Bolsonaro criticou a decisão, que, nas palavras dele, "não tem nada a ver com o Supremo".

— Esse ministro do Supremo (Fachin) agora vai decidir sobre legislação tributá-



Decisão. O ministro Fachin ressaltou que a redução das alíquotas para importação de armas de fogo incentiva a compra de equipamentos por pessoas comuns



Reação. Bolsonaro criticou a decisão de Fachin e afirmou que a questão "não tem nada a ver com o Supremo"

ria? —reclamou.

Na semana passada, ao anunciar a medida, o presidente publicou uma foto em que estava em um estande de tiro.

A atuação do STF sobre um tema que compete ao Poder Executivo, no entanto, foi criticada por juristas. O advogado Gustavo Binbenj, professor da faculdade de Direito da Uerj, lembra que a Constituição determina que é de competência do Executivo fixar as alíquotas de importação e exportação, diferentemente do que acontece com outros impostos:

— A política não tem na-

da a ganhar, e a Justiça tem tudo a perder. Vai haver uma reação contra essa decisão, e dos políticos da extrema direita, a começar pelo Bolsonaro. Vão dizer que o STF não pode ter essa autoridade toda, porque interfere nos demais Poderes. Apesar de concordar com a visão de mundo do Fachin, não me parece possível uma decisão a partir de fundamentos constitucionais para suspender a decisão (sobre a alíquota). Binbenj avalia que o caminho para a revogação da medida seria a aprovação, pelo Congresso, de um projeto de decreto legislativo.

Para o advogado Leonardo Vizeu, doutor em Direito Constitucional e ex-presidente da comissão da OAB-RJ sobre o tema, houve uma "usurpação de atribuição".

— A regulação do mercado econômico é do poder Executivo. Ele faz a gestão da coisa pública, que tange a política econômica. Os tributos sobre importação e exportação são fiscais, servem para arrecadar e regular o mercado econômico. A Constituição determina como atribuição exclusiva do presidente, via Ministério da Economia, o planejamento e a implementação —destacou Vizeu.

Outras derrotas do governo Bolsonaro no Supremo

> Interferência na PF:

Após o ministro Celso de Mello se aposentar, o Planalto esperava que o inquirido sobre a suposta interferência indevida do presidente passasse para Kássio Nunes Marques. Mas o presidente da Corte, Luiz Fux, determinou sorteio, e o caso foi parar com Alexandre de Moraes.

> Posse de Ramage:

Em abril, Alexandre de Moraes impediu a posse de Alexandre Ramage, diretor da Abin, no comando da Polícia Federal, após o ex-ministro Sérgio Moro denunciar tentativa de interferência na PF.

> Dados do antigo Coaf:

Em 2019, a Corte liberou investigações com dados da Unidade de Inteligência Financeira, antigo Coaf, sem necessidade de prévia decisão judicial, abrindo caminho para a retomada da investigação contra Flávio Bolsonaro.

> Covid-19:

O plenário do STF decidiu que não só o governo federal, mas também governos estaduais e prefeituras podiam tomar medidas, inclusive restritivas, para combater o coronavírus.

CONTEÚTO

cerca de 20 categorias

encaminhar um projeto

estão de 47.361 em

do Supremo. Dado

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 15/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF
Título: Em dois anos, Bolsonaro avança entre pobres e perde apoio dos ricos **Impacto:** Neutro

14 | País

Terça-feira 15.12.2020 | O GLOBO

Em dois anos, Bolsonaro avança entre pobres e perde apoio dos ricos

Presidente vive ápice de aprovação, mas terá desafios com inflação, pandemia e fim do auxílio para manter base de apoio

PEDRO CAPETTI
pedro.capetti@infoglobo.com.br

O presidente Jair Bolsonaro chega à metade de seu governo no auge de popularidade, mas com uma base de apoio diferente daquela que o sustentava no início de sua gestão, segundo indicam pesquisas Datafolha. Em comparação aos números de março de 2019, Bolsonaro teve avanço de popularidade nas camadas de baixa renda e no Norte e no Nordeste, regiões em que houve mais impacto do auxílio emergencial. Em compensação, viu aumentar sua rejeição no Sudeste e entre os mais ricos e escolarizados.

Na comparação com a primeira pesquisa Datafolha, feita no terceiro mês de mandato, Bolsonaro tem hoje um desempenho 11 pontos percentuais superior entre os mais pobres, com avanço acentuado nos últimos meses. No início de governo, apenas 26% daqueles com renda até dois salários mínimos consideravam a gestão do presidente como ótima ou boa. Hoje, o índice é de 37%.

A tendência é a mesma entre os menos escolarizados, grupo no qual esse percentual passou de 29% para 38%, e também entre moradores do Nordeste — no somatório geral de todas as recortes por renda, escolaridade e idade —, com avanço de 24% para 31%.

O comportamento da avaliação de Bolsonaro é distinto

ao observado, por exemplo, nos governos dos petistas Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, que tiveram altas de aprovação sem alterações tão significativas na base de apoio. Ambos mantiveram índices mais altos de aprovação entre os mais pobres nos primeiros anos de seus mandatos, enquanto também avançaram entre eleitores mais ricos e escolarizados.

Bolsonaro, por sua vez, viu seu modo de governar ser mais rechaçado nesses segmentos. Entre aqueles com renda superior a dez salários mínimos, a soma dos que consideram o governo ruim ou péssimo passou de 37% para 47%, assim como entre os mais escolarizados, de 35% para 48%.

Na tentativa de manter a base de apoio gerada em seus dois anos de governo, Bolsonaro terá pela frente em 2021 desafios como a crise econômica devido à pandemia da Covid-19, com elevado desemprego e inflação, principalmente dos alimentos. Em novembro, 75% da inflação para aqueles que estão na parte inferior da pirâmide veio do custo dos alimentos e das bebidas, segundo o Ipea.

Em paralelo a isto, o presidente já declarou que não deverá prorrogar o auxílio emergencial, cuja parcela final começou a ser paga anteriormente. O impacto do auxílio se dá especialmente entre os mais pobres, destinatários principais do benefício. Estudo da FGV mostrou que no

primeiro mês de redução de valor do benefício, de R\$ 600 para R\$ 300, o número de pessoas vivendo em situação de pobreza aumentou em 8,6 milhões. Outros 4 milhões caíram na miséria, ou seja, recebendo menos que R\$ 154 por mês para sobreviver.

Com o fim do auxílio na virada do ano, 40% dos domicílios brasileiros devem ficar sem renda ou com ela comprometida, segundo pesquisas do IBGE. Enquanto isso, dados do Ministério da Cidadania indicam que mais de um milhão de pessoas aguardavam na fila para entrar no Bolsa Família em setembro.

POSSÍVEL REFLUXO

Embora esteja em seu ápice de popularidade até agora, a aprovação de Bolsonaro é pior do que a de quase todos os presidentes desde a redemocratização, em 1988, no mesmo estágio do primeiro mandato. A exceção é Fernando Collor de Mello, avaliado como ruim ou péssimo por quase metade dos brasileiros (48%) em fevereiro de 1992.

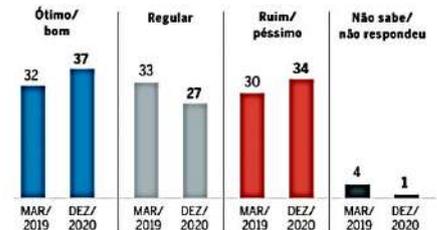
A época, Collor ainda não havia sofrido as principais denúncias envolvendo seu ex-tesoureiro de campanha, PC Farias, que abririam caminho para o processo de impeachment, culminando em sua renúncia ao fim daquele ano. O então presidente, contudo, vinha de medidas amplamente rejeitadas, como o confisco das poupanças logo no início do mandato.

No caso de Bolsonaro, espe-

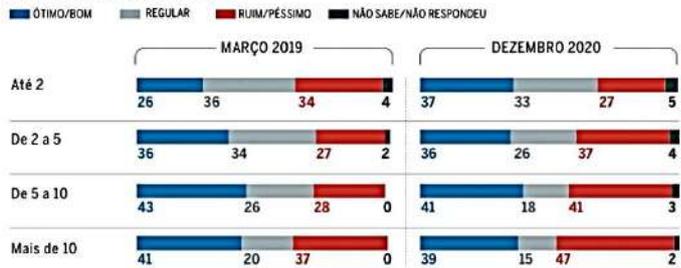
AS MUDANÇAS NO APOIO AO GOVERNO

Ao longo do mandato, base de Bolsonaro avançou entre menos escolarizados e recuou nas maiores rendas

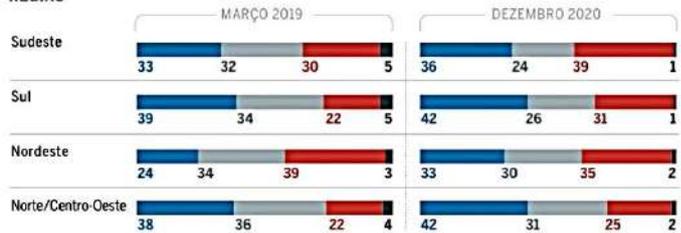
AValiação GERAL



RENDA EM SALÁRIOS MÍNIMOS



REGIÃO



ESCOLARIDADE



Fonte: Datafolha

Editoria de Arte

cialistas consideram que há possibilidade de refluxo em sua aprovação, em meio aos desdobramentos da pandemia da Covid-19, que retomou curva crescente de casos e mortes. Segundo o Datafolha, hoje 42% consideram

ruim ou péssimo o desempenho de Bolsonaro na pandemia, abaixo do pico de 50% registrado em maio. Apenas 30% avaliam o desempenho como ótimo ou bom, patamar semelhante ao observado desde o fim de abril, numa

queda em relação aos 36% obtidos no início daquele mês.

Na pesquisa mais recente, o Datafolha ouviu 2.016 pessoas nacionalmente, por telefone, entre os dias 8 e 10 deste mês. A margem de erro é de dois pontos.

Veículo: O Globo - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 15/12/20 - Cidade/UF: Brasília / DF
Título: Corrida pela vacina Impacto: Neutro

16 |

Terça-feira 15.12.2020 | O GLOBO

Sociedade



ÚLTIMA FASE DE TESTES

Sputnik V apresenta eficácia de 91,4%

Número foi divulgado pelo laboratório russo Instituto Gamaleya; falta revisão por pares: glo.bo/2JNAVre

ALDIO MAURICIO/FOTORENA



Resultado adiado. João Doria anunciou ontem que entregará análise final de eficácia da CoronaVac, produzida em parceria com a China, só no dia 23; imunização está mantida para janeiro, diz ele

CORRIDA PELA VACINA

Anvisa fixa prazo de dez dias para avaliar autorização emergencial

PAULA FERREIRA, DANIEL GULLINO, MANOEL VENTURA E ANA LETÍCIA LEÃO
sociedade@oglobo.com.br
BRASILIA E SÃO PAULO

Sob pressão de governadores, prefeitos, associações médicas e científicas, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) fixou ontem um prazo máximo de dez dias para decidir sobre a autorização emergencial do uso de vacinas contra a Co-

vid-19 no Brasil. A vacinação já começou no Reino Unido, nos Estados Unidos e no Canadá (*leia mais abaixo*).

A agência afirma que, para que o prazo seja cumprido, é necessário que os imunizantes tenham ensaios clínicos em andamento no país. Atualmente, há quatro vacinas com esse perfil: a da Pfizer, a de Oxford/AstraZeneca, a CoronaVac e a da Janssen. Segundo a agência, nenhuma empresa

submeteu pedido de autorização emergencial até agora.

Em nota divulgada ontem, a Anvisa defende a importância de que o imunizante seja autorizado por ela e não apenas liberado com base na decisão de outra agência do exterior. A Anvisa cita as decisões da americana FDA e da agência do Reino Unido, que autorizaram a vacina da Pfizer para uso emergencial.

No Brasil, o Ministério da

Saúde não estipulou uma data para dar início à vacinação, o que motivou o Supremo Tribunal Federal (STF) a dar um prazo — até amanhã — para que o ministro Eduardo Pazuello informe a previsão para começar e terminar o plano nacional de vacinação.

Ontem, o vice-presidente Hamilton Mourão afirmou que o ministério não tem condições de apresentar nos próximos dias uma data para o

início da vacinação. De acordo com Mourão, o debate em torno dessa questão está "precipitado" e "polarizado".

—Vamos fazer um exercício mental. Eu tenho que colocar a vacina em todo o território nacional. Não é só a vacina. Eu tenho que colocar seringa. Eu tenho que ter pessoal especializado distribuído, bonitinho, em todo o território. Quando você tiver com condições com tudo isso, está bom, (*voce diz*) o

Dia D vai ser dia 10 de março, vamos dizer assim.

Mourão afirmou ainda que "nenhum país comprou a CoronaVac", da farmacêutica chinesa SinoVac que está sendo produzida em parceria com o Instituto Butantan, em São Paulo. Entretanto, Chile, Turquia e Indonésia também pretendem utilizar o imunizante.

Falta, porém, a CoronaVac apresentar os seus resultados de eficácia, que estavam prometidos para hoje. Ontem, o governador de São Paulo, João Doria, afirmou que a entrega dos documentos finais à Anvisa foi adiada para o dia 23, conforme antecipou o colunista do GLOBO Lauro Jardim.

—Adiou uma semana exatamente para melhorar os aspectos de análise da eficácia da vacina. O adiamento de uma semana é pelo bem, não pelo mal. Não é pelo risco, mas pela vantagem — disse o governador à Rádio CBN.

Trata-se de um adiamento estratégico: dessa forma, o documento chegará à Anvisa no mesmo dia em que sua fabricante chinesa entrega os resultados às autoridades do país asiático. Pela chamada Lei Covid, a aprovação pela agência regulatória chinesa encurta o prazo de manifestação da Anvisa para 72 horas.

Doria reafirmou que em SP a vacinação começará em 25 de janeiro. O governador paulista minimizou a possibilidade de confisco da CoronaVac pelo governo federal, que prepara medida provisória para centralizar toda a produção e distribuição de vacinas contra a Covid-19 no território nacional, e disse que está pronta uma ação sigilosa caso haja alguma tentativa do tipo, via STF.

A apoiadores, ontem, o presidente Jair Bolsonaro confirmou que assinará hoje medidas provisórias relacionadas à vacina, uma delas liberando R\$ 20 bilhões para a compra de doses. Ele reafirmou que a imunização não será obrigatória e que o vacinado terá que assinar termo de responsabilidade para "se der algum problema".

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 15/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF
Título: Inglaterra e Holanda adotam mais restrições anti-Covid **Impacto:** Neutro

32 | Mundo

Terça-feira 15.12.2020 | O GLOBO

Inglaterra e Holanda adotam mais restrições anti-Covid

Londres e partes do Sudeste inglês entram no nível de maior risco; governo holandês declara nova quarentena

AMSTERDÃO E LONDRES

A capital britânica, Londres, e partes do Sudeste da Inglaterra serão submetidas a restrições mais rigorosas a partir de amanhã devido ao aumento das taxas de contaminação por Covid-19, informou o ministro da Saúde, Matt Hancock, argumentando que o crescimento do número de casos pode sobrecarregar os serviços hospitalares.

Em Londres e em partes do Sudeste da Inglaterra, passará a vigorar o nível de alerta máximo, o 3. Com isso, bares, pubs, cafés e restaurantes devem ser fechados, podendo funcionar apenas para serviços de entrega e retirada de pedidos. Existem também restrições adicionais à socialização, mas os locais de trabalho e as escolas devem permanecer abertos.

—Mudar para o nível 3 antes do Natal será profundamente decepcionante para os londrinos e um golpe terrível para os setores de hospitalidade, lazer e cultura da capital — disse John Dickie, diretor de estratégia e política do grupo de campanha empresarial London First.

Londres foi uma das primeiras áreas do país a ser atingida pelo coronavírus

no pico inicial de março a maio, mas até recentemente uma segunda onda estava mais concentrada no Norte e no Centro da Inglaterra.

O sistema de restrições em três níveis foi implantado pelo governo britânico no início do mês para tentar manter a segunda onda do vírus sob controle após uma quarentena de um mês. Mais de 40% dos cidadãos ficaram em áreas na categoria de maior risco. Londres, porém, ficou no nível 2.

Uma revisão nacional do sistema de níveis foi inicialmente programada para ocorrer em 16 de dezembro. Dados publicados na semana passada mostraram que as taxas de casos por 100 mil pessoas em Londres ficaram em 191,8, colocando a cidade à frente de regiões que têm regras mais rígidas, como West Midlands.

REUNIÕES COM 2 PESSOAS

Com base nesses dados, o governo começou a preocupar-se com a disseminação do vírus nas escolas da capital e anunciou um programa de testes em massa. Duas regiões da cidade decidiram unilateralmente fechar totalmente as escolas.

A Holanda também entrará em uma segunda quaren-



Natal difícil. Moradores fazem fila por presentes em Milão, em meio a novo acirramento da pandemia na Europa: vários países estão apertando restrições

EUA chegam a 300 mil mortos

> No mesmo dia em que começaram a vacinar sua população contra a Covid-19, os EUA ultrapassaram a marca de 300 mil mortes pela doença, segundo o levantamento da universidade americana Johns Hopkins. O país, o mais afetado pelo novo coronavírus no mundo em números absolutos, já registrou mais de 16,3 milhões de casos desde o início da pandemia, com 184.248 apenas no último domingo. Durante a última

semana, houve uma média de 210.112 casos por dia, o que representa um aumento de 30% da taxa de duas semanas antes.

> Uma reportagem do USA Today no sábado mostrou que um a cada oito hospitais nos EUA tinha pouco ou nenhum espaço em UTIs. Além disso, especialistas já apontavam que o número de unidades de saúde em colapso iria aumentar por causa do avanço contínuo da pandemia. Segundo uma análise do New York Times, mais de um tempo dos americanos mora em

áreas onde a quantidade de leitos disponíveis nas UTIs é crítica. Em muitas áreas, a situação é pior: em um a cada 10 americanos — em uma grande faixa no Meio-Oeste, no Sul e no Sudoeste — mora em áreas onde não há mais leitos de terapia intensiva vagos ou onde menos de 5% deles estão disponíveis.

> Especialistas dizem que manter os padrões de atendimento em situações mais delicadas pode ser difícil ou impossível. — Há pouco o que nossos funcionários da linha de frente possam oferecer

quanto se chega a esses condados rurais que estão sendo duramente atingidos pela pandemia agora — disse Beth Blauer, diretora dos Centros de Impacto Cívico da Universidade Johns Hopkins.

> Em Nova York, o prefeito Bill de Blasio disse que a cidade pode entrar em confinamento total se o número de casos continuara a subir. Ao menos 124 mortes e 10.027 novos casos foram registrados em Nova York no domingo. A partir de ontem, os restaurantes tiveram que parar de servir os clientes em salões fechados.

contato com outras pessoas tanto quanto possível e adiar viagens internacionais (o prazo anterior era em janeiro).

— A realidade é que não estamos lidando com uma gripe inocente, como acreditam alguns dos que protestam lá fora, mas com um vírus que pode atingir qualquer pessoa — disse Rutte.

SEUL FECHA ESCOLAS

A partir de terça-feira, todos os locais públicos — incluindo creches, academias, museus, zoológicos, cinemas, cabeleireiros e salões de beleza — fecharão até 19 de janeiro. As escolas fecharão até 18 de janeiro. Supermercados, bancos e farmácias poderão permanecer abertos.

Já a Coreia do Sul ordenou o fechamento de escolas a partir de ontem na capital, Seul, e arredores, enquanto luta contra seu pior surto de coronavírus desde o início da pandemia, ultrapassando o pico anterior, em fevereiro. As aulas serão on-line até o final do mês.

tena restritiva, com o fechamento de todas as escolas e lojas por pelo menos cinco semanas, em um esforço liderado pelo governo para combater o coronavírus.

— A Holanda está fechando — disse o primeiro-mi-

nistro Mark Rutte enquanto manifestantes batiam potes e painéis do lado de fora do seu escritório em Haia. — Temos consciência da gravidade de nossas decisões pouco antes do Natal.

As medidas incluem limitar

as reuniões a no máximo duas pessoas, mesmo em casa. Uma exceção será feita para três dias perto do Natal, quando três visitantes adultos serão permitidos. As recomendações ainda incluem: ficar em casa, não sair para trabalhar, evitar o

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 15/12/20 - **Cidade/UF:** SP
Título: Brasileiro agora poupa para pagar despesas do dia a dia, diz pesquisa **Impacto:** Neutro

FOLHA DE S.PAULO ***

TERÇA-FEIRA, 15 D

mercado

Brasileiro agora poupa para pagar despesas do dia a dia, diz pesquisa

Sondagem do FGV Ibre mostra que o que sobra para consumo é pouco e gera dúvidas sobre retomada

Eduardo Curolo

SÃO PAULO Os brasileiros ainda estão com receio de gastar o dinheiro poupado durante a pandemia e pretendem continuar economizando recursos nos próximos meses. É o que mostra pesquisa inédita realizada pelo FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

De acordo com a sondagem especial realizada em novembro, 37,7% dos brasileiros estão guardando recursos por preocupação em relação à pandemia e seus efeitos sobre a economia. Entre os que conseguiram economizar, 73% afirmam que vão continuar poupando e apenas 1,4% pretende gastar totalmente os recursos.

Sondagem anterior mostrou que quase 60% dos consumidores adiaram as compras por causa da pandemia, o que possibilitou esse acúmulo de recursos.

Sobre o principal destino do dinheiro poupado, praticamente metade dos entrevistados na nova pesquisa afirma que vai gastar com despesas do dia a dia, quitar dívidas ou pagar impostos, o que gera dúvidas sobre a capacidade dessas poupanças de ajudar na recuperação do consumo e do setor mais afetado pela crise, os serviços.

"O que sobra para aumentar o consumo é muito pouco, dado que você tem um grande volume de recursos dessa poupança precaucional usado para despesas correntes, quitação de dívidas e até pagamento de tributo", diz Viviane Seda Bittencourt, coordenadora das sondagens do FGV Ibre.

Despesas com viagem de férias, como hospedagem, alimentação e transporte, foram citadas por 15%, percentual que surpreendeu os pesquisadores diante da queda no consumo desses itens desde o início da pandemia.

O percentual supera o de gastos com bens duráveis (11,6%), como eletrodomésticos, eletrônicos e móveis, segmento que sofreu menos com a crise. Apenas 1% dos entrevistados vai usar o dinheiro para ir a teatro, cinema, show, passeios, bares e restaurantes.

Outro destaque é o percentual de pessoas na faixa de renda mais baixa da pesquisa (até R\$ 2.100 mensais) que apontou "outros gastos" (42,4%). Nesse caso, a maioria afirmou que vai usar o dinheiro para reforma de imóveis, o que

deve manter aquecida a venda de material de construção verificada nos últimos meses.

Em relação ao momento em que vão usar o dinheiro, 24,5% disseram que iriam gastá-lo em dezembro, mês do Natal, cerca de 40% em até seis meses, 17% depois desse período, e 18% disseram não saber.

O levantamento foi realizado de 3 a 21 de novembro com 1.887 consumidores.

Os dados mais recentes mostram que a taxa de poupança das empresas e famílias brasileiras voltou a subir no terceiro trimestre, atingindo o maior nível desde o início de 2015 (17,3% do PIB ou R\$ 328 bilhões no período), segundo o IBGE.

De acordo com o Banco Central, só na caderneta, o valor total dos recursos depositados cresceu R\$ 179 bilhões de fevereiro a novembro.

Para o FGV Ibre, a pesquisa confirma a expectativa de que essa poupança vai demorar a se transformar em consumo enquanto durar a pandemia e que, mesmo que o dinheiro volte, não será suficiente para compensar o fim do auxílio emergencial.

A maior parte dos recursos também não deve ir para gastos com serviços. Setor com maior peso na economia o mais prejudicado pela crise, ele é o que mais emprega e poderia ajudar a reduzir a elevada taxa de desemprego no primeiro semestre de 2021.

"Surpreende o percentual dos que estão poupando e dizem que vão gastar parcialmente ou totalmente esses recursos, que é pequeno. Ou seja, ainda há uma cautela muito grande desses consumidores em todas as faixas de renda", afirma a coordenadora das sondagens do FGV Ibre.

Ela afirma que as sondagens do consumidor do FGV Ibre mostram que a expectativa em relação ao mercado de trabalho deixou de ser positiva nos últimos três meses, o que reflete a tentativa frustrada das pessoas que voltaram a procurar emprego com a retomada das atividades.

"Esses recursos estão sendo guardados talvez por uma necessidade ou preocupação dos consumidores com medo de desemprego, com uma nova onda que impossibilite o retorno ao trabalho, uma nova onda de demissões, já que você não tem uma recuperação forte do setor de serviços, que é o que mais contrata no Brasil."

Viviane afirma que a expectativa de gastos dessa pou-

Quase 40% dos brasileiros estão poupando durante a pandemia

Você está guardando recursos por preocupação em relação à pandemia e seus efeitos sobre a economia?



73% dos que guardaram dinheiro vão continuar poupando

O que você pretende fazer com os recursos poupados?



48% da poupança deve ir para despesa do dia a dia, imposto e dívida

Qual seria o principal destino para os recursos que estão sendo poupados?



Fonte: Sondagem Quesito Especial FGV Ibre realizada de 3 a 21 nov com 1.887 consumidores



Neste período da pandemia faz sentido um aumento do consumo de bens em detrimento dos serviços, mas a gente não sabe o quanto o comportamento do consumidor vai mudar depois que a pandemia passar

Viviane Seda Bittencourt
coordenadora das sondagens do FGV Ibre

pança também está influenciada pela mudança no perfil de consumo verificado durante a pandemia, com uma participação menor dos gastos com serviços, e que não se sabe o que mudará quando a pandemia for superada.

"Neste período da pandemia faz sentido um aumento do consumo de bens em detrimento dos serviços, mas a gente não sabe o quanto o comportamento do consumidor vai mudar depois que a pandemia passar. Isso tem sido discutido até em outros países."

Silvia Matos, coordenadora técnica do Boletim Macro Ibre, afirma que o agravamento da crise sanitária, com o aumento no número de mortes, vai postergar o uso desses recursos e não deve confirmar a tese de que esse dinheiro pode compensar o fim do auxílio emergencial a partir de janeiro.

"A pergunta é se a poupança vai virar consumo. A sondagem nos faz ter um pouco mais de cautela. Entre os mais pobres, parte vai virar consumo. Mas quem poupa, em geral, são as famílias mais ricas", diz Silvia Matos, coordenadora técnica do Boletim Macro Ibre.

"A pesquisa mostra a dificuldade de imaginar que essa poupança logo voltará e poderia reanimar a economia rapidamente. Quanto mais tempo durar [a pandemia], mais tempo a poupança vai ficar sendo acumulada, se for possível seguir acumulando. Nas famílias de mais alta renda, onde essa poupança está mais alocada, ela provavelmente não vai virar consumo no início de ano."

Ela projeta que a economia só deve ter uma retomada mais forte no segundo semestre de 2021 e que o desafio será passar por esse primeiro semestre em que haverá queda na renda e uma demora para a normalização das atividades do setor de serviços e do mercado de trabalho.

Na avaliação de Matos, é necessário tentar criar algum novo programa de transferência de renda, mesmo com a restrição fiscal, mas que caiba nas regras do teto de gastos.

"O objetivo não é achar algum atalho fiscal, tem de achar algum espaço no Orçamento para alguma política correta, reduzir outros gastos e acomodar uma eventual necessidade de um programa, mas eu acho que ele é necessário, ainda mais nesse contexto de o setor de serviços e o emprego demorarem mais tempo para se normalizar."

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 15/12/20 - **Cidade/UF:** SP

Título: Retomada da atividade econômica perde força em outubro, afirma BC **Impacto:** Neutro

Retomada da atividade econômica perde força em outubro, afirma BC

Larissa Garcia

BRASÍLIA A recuperação da atividade econômica diminuiu o ritmo e cresceu 0,86% em outubro, segundo o indicador IBC-Br do BC (Banco Central) divulgado nesta segunda-feira (14). A alta é a menor desde maio, quando a economia começou a se restabelecer depois do tombo causado pela pandemia da Covid-19.

No trimestre terminado em outubro, a economia cresceu 6,46%. No acumulado de 12 meses, caiu 3,93%. No ano, a retração foi de 4,92%.

Depois da chegada do vírus ao país, a economia foi afetada pelo fechamento dos comércios e pelo isolamento social. Com a reabertura e flexibilização do distanciamento,

a atividade segue em recuperação, observada desde maio, mas ainda não foi suficiente para alcançar os patamares registrados antes da crise.

Em setembro, houve alta de 1,29% em relação a agosto. O número mensal foi calculado com ajuste sazonal (que remove particularidades do período, como número de dias úteis) para facilitar a comparação com outros meses.

Em março, quando o vírus chegou ao país, houve redução de 5,95% no setor produtivo, já sob efeito do isolamento social.

Com a população em casa, o consumo diminuiu em diversos setores, como transporte e hospedagem, e a atividade econômica despencou.

O pior resultado foi regis-

trado em abril, quando a economia caiu 9,73%, nível mais baixo desde outubro de 2006 e maior queda entre um mês e outro em toda a série histórica, iniciada em 2003.

Maio já trouxe resultado positivo em relação a abril, de 1,3%, mas ficou aquém das expectativas do mercado, que eram de 4,5%.

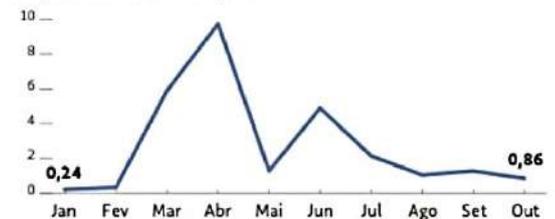
O IBC-Br mede a atividade econômica do país e é divulgado desde março de 2010. Ele foi criado para auxiliar em decisões de política monetária, já que não existe outro dado mensal de desempenho do setor produtivo.

O indicador do BC leva em conta o desempenho dos principais setores da economia: indústria, agropecuária e serviços.

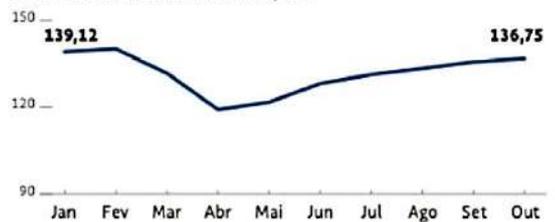
Índice de atividade econômica do Banco Central tem menor alta desde maio deste ano

Em 2020

Variação da atividade econômica, em %



Nível de atividade econômica medida em pontos*



*Com ajuste sazonal Fonte: Banco Central

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 15/12/20 - Cidade/UF: DF

Título: Com o fim do auxílio, governo estuda antecipar 13º salário para aposentados Impacto: Neutro

Contas públicas. Plano, que inclui adiantar o pagamento do abono salarial, está sendo tratado como espécie de 'vacina' para garantir a sustentação da retomada econômica, caso haja recrudescimento da covid-19 antes de o País alcançar ampla imunização da população

Com o fim do auxílio, governo estuda antecipar 13º salário para aposentados

Idiana Tomazelli
Adriana Fernandes | BRASÍLIA

Avessa a propostas de prorrogação do auxílio emergencial, que trariam custo extra aos cofres públicos em 2021, a equipe econômica tem um plano de contingência para o caso de os índices de adesão ao distanciamento social voltarem a subir como reação ao repique da covid-19. Segundo apurou o 'Estadão/Broadcast', entre os instrumentos, está a antecipação do 13º para aposentados e pensionistas do INSS e do pagamento do abono salarial (uma espécie de 14º salário a trabalhadores que ganham até dois mínimos), "se for necessário".

O plano está sendo tratado como uma espécie de "vacina" para garantir a sustentação da retomada econômica, caso haja um recrudescimento ainda maior da doença antes de o País alcançar ampla imunização da população.

O próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, deu pistas do que o governo pode fazer para ajudar na "aterrissagem" após o fim do auxílio emergencial, que já injetou R\$ 293,8 bilhões na economia. "Temos capacidade de antecipar benefícios, diferir arrecadação de impostos - já fizemos isso neste ano", disse Guedes em audiência pública no Congresso na sexta-feira passada. Ele ressaltou que essas ações respeitam o teto de gastos, regra que limita o avanço das despesas à inflação.



Uma saída. Governo é contra prorrogação do auxílio emergencial e antecipar o 13º e o abono daria fôlego para a economia

Uma fonte da equipe econômica disse que o Ministério da Economia está "observando" para tomar as medidas, que depende do "andamento da economia". Não há intenção, no entanto, de fazer medidas de diferimento de tributos (postergação do pagamento) porque a Receita Federal está começando a recuperar agora a base de arrecadação.

Não há ainda um comando já emitido para o acionamento dessas medidas. A avaliação é de que é preciso "ter munição", mas guardá-la para o momento

em que seu uso se mostrar necessário.

Em março, ainda sob os primeiros efeitos sanitários e econômicos da pandemia no Brasil, a equipe econômica lançou mão de um amplo cardápio de medidas que incluía antecipação de parcelas do 13º salário de aposentados e pensionistas do INSS, antecipação do calendário do abono salarial e adiantamento da cobrança de tributos a serem recolhidos por empresas no País.

O temor é uma segunda onda de covid-19 se instalar no Brasil

● **Injeção na economia**
R\$ 293,8 bilhões
foi quanto o pagamento do auxílio emergencial pago para as pessoas mais vulneráveis injetou na economia

sem que o País tenha atingido níveis ideais de imunização. O governo já garantiu R\$ 20 bilhões para a compra de vacinas, mas ainda não há data definida para começar a imunização da população.

A eventual execução do plano de contingência também pode impor desafios adicionais à gestão da dívida pública. Com mais de R\$ 600 bilhões em vencimentos concentrados no primeiro quadrimestre de 2021, eventual antecipação de benefícios ou diferimento de tributos pressionaria ainda mais o caixa do Tesouro Nacional, já bastante demandado devido às despesas da pandemia.

Caixa. O cronograma de pagamento do auxílio, na prática, está sendo estendido para janeiro

de 2021, com sobras do que não foi pago neste ano. Um calendário de janeiro com o número de beneficiados foi divulgado, mas não os valores. A reportagem procurou a Caixa, que não informou os valores. O próprio ministro Guedes já falou publicamente em pagamento em fevereiro.

Em meio à pressão para a prorrogação do auxílio, o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), Fernando Bezerra, disse ao 'Estadão/Broadcast' que é preciso cortar despesas antes de uma definição sobre a prorrogação do auxílio emergencial em 2021.

"Antes de definirmos oportunidade e necessidade de prorrogar o auxílio é preciso aprovar medidas de corte de gastos", afirmou. Segundo ele, é preciso aguardar os indicadores sanitários da pandemia de covid-19 e os dados da economia do último trimestre. Bezerra defendeu a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) emergencial, que prevê medidas de cortes de gastos, em fevereiro para depois decidir sobre o auxílio.

Ontem, o dólar voltou a ser cotado acima de R\$ 5,10 e a Bolsa de Valores brasileira perdeu os 115 mil pontos após o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) apresentar um projeto para estender o decreto de calamidade pública, previsto para acabar no fim deste ano, até 31 de março de 2021. A iniciativa poderia abrir caminho para uma prorrogação do auxílio emergencial.

Veículo: Valor Econômico - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 15/12/20 - **Cidade/UF:** Rio de Janeiro / RJ
Título: PIB per capita ruma para pior resultado em mais de um século **Impacto:** Neutro

A6 | Valor | Terça-feira, 15 de dezembro de 2020

Brasil

Conjuntura FGV projeta retração de 0,6% entre 2011 e 2020; cenário era pessimista mesmo sem pandemia

PIB per capita ruma para pior resultado em mais de um século

Alessandra Saraiva
Do Rio

O Brasil deve registrar os piores resultados para uma década de crescimento econômico e de variação de PIB per capita dos últimos 120 anos ao fim de 2020 — um cenário que ocorreria mesmo sem a pandemia, de acordo com levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgado ao Valor.

No estudo, a fundação usou como parâmetros estimativas de recuo anual no PIB de 4,4% em 2020, com retração de 5,1% no PIB per capita, originadas de projeções de mercado, do boletim Focus e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Caso esses resultados se confirmem, a FGV projeta alta média de 0,2% na economia na década entre 2011 e 2020 — o desempenho mais fraco das últimas décadas, desde o início do século passado.

No caso do PIB per capita, a projeção é pior: esse indicador deve finalizar com recuo de 0,6% médio entre 2011 e 2020, igual ao observado no período de 1981-1990, e também pior resultado desde 1901.

Em uma lista de 14 das maiores economias do mundo, a variação de PIB per capita do Brasil na década encerrada em 2020, só não é pior do que o da Itália (-1,2%), um dos países que mais sofreram durante a pandemia e que também sentiu o efeito da crise da dívida no início da década. "O Brasil caminha para mais

uma década perdida na economia ao fim de 2020, a segunda em 40 anos", resumiu o economista Claudio Considera, um dos dois autores do estudo.

O especialista notou que, neste ano, com o avanço da covid-19, todas as economias do mundo foram derrubadas com avanço da doença. Porém, um dos aspectos mais preocupantes nos dados levantados pela FGV é o fato de que, no Brasil, a covid-19 não pode ser usada como desculpa, na análise de Marcel Balassiano, o outro autor do estudo.

Balassiano detalhou que, caso não tivesse ocorrido a pandemia, e o PIB subisse 2% em 2020 — projeções pré-covid-19 —, a década atual já seria a pior em 120 anos, termos de expansão econômica, pois teria crescimento médio de 0,9%. Para o PIB per capita, o aumento seria de 1,2% sem a pandemia neste ano, afirmou ele. "Nesse caso, a década ficaria estagnada no PIB per capita", disse Balassiano, acrescentando que esse seria também pior desempenho da década finalizada em 2020.

Para os pesquisadores, mais do que a crise na economia causada por covid-19, os dados evidenciam trajetória contínua de atividade econômica fraca nos últimos anos, que culminou com o "baque" da pandemia neste ano. "Mesmo antes da pandemia, nós crescíamos muito lentamente", lembrou Considera.

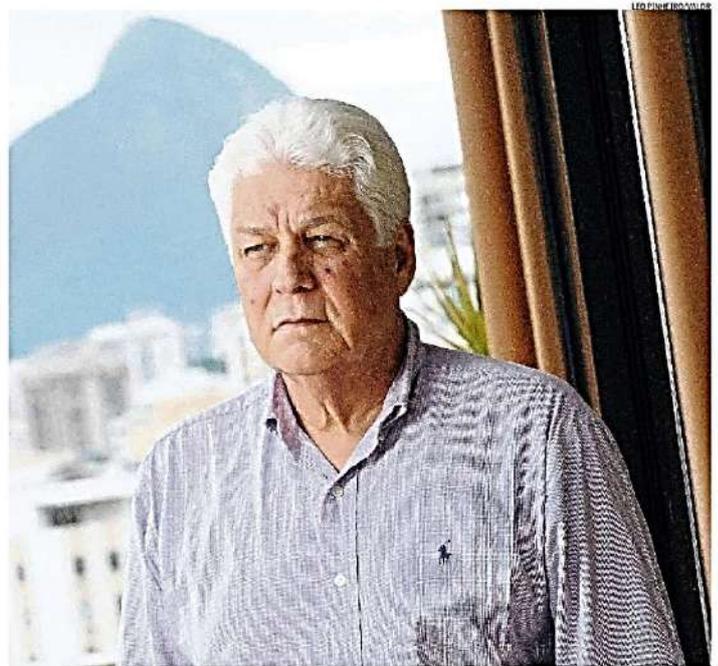
Balassiano concorda. "Temos recessão forte a partir de 2016, e recuperação lenta em

2019", acrescentou ele. Nem mesmo os anos de bom crescimento econômico em 2011, 2012 e 2013 foram suficientes para compensar sete anos de atividade fraca que se seguiram, acrescentaram os técnicos.

O ritmo da economia brasileira, na última década, também não é animador quando comparado em ranking das 14 maiores economias do mundo. Ao analisar crescimento do país na última década, no estudo, os especialistas fizeram exercício para mensurar quanto o PIB per capita do Brasil corresponderia ao do país mais rico do mundo, os Estados Unidos. Os especialistas calculam que o PIB per capita brasileiro deve encerrar o ano em US\$ 10,9 mil, em torno de 5,1% inferior ao de 2019 (US\$ 11,6 mil). Isso representa 25% do PIB per capita americano em 2020.

Na lista dos outros países, também comparados com PIB per capita dos Estados Unidos, essa fatia só não é pior do que as de Indonésia (23%) e Índia (11%). "O caso é que, quando você cresce menos [no caso, o PIB], você tem menos a distribuir", resumiu Considera, ressaltando que o fraco ritmo de atividade derruba o PIB per capita.

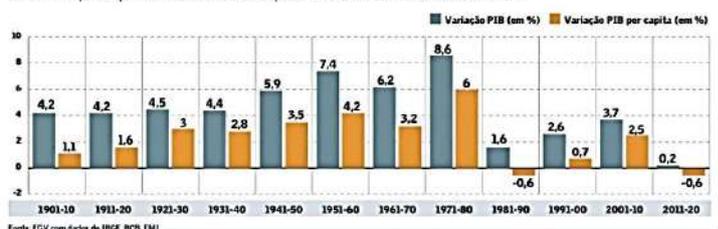
Ao ser questionado se o país poderia recuperar perdas de 2020 na atividade econômica e no PIB per capita a partir de 2021, quando é mais provável vacina contra covid-19 — e, com isso, começo do fim da pandemia —, Considera foi cauteloso. "Vamos



Claudio Considera: "O Brasil caminha para mais uma década perdida na economia ao fim de 2020, a segunda em 40 anos"

Década perdida na economia

PIB e PIB per capita do Brasil sinalizam piores taxas desde início do século XX



supor que o PIB do Brasil caia 4,5% em 2020. O PIB tem que crescer pelo menos em torno de 4,4% para se recuperar [em 2021]", afirmou ele.

Ele fez outra ressalva: para ter saldo positivo na variação do PIB per capita em 2021, seria preciso crescer um ponto percentual a

mais do que alta estimada de 4,4% para repor o tombo da economia no ano da pandemia.

Para tentar reverter a situação, os pesquisadores defendem estímulos para impulsionar a economia, com atenção especial ao setor de serviços, intensivo em emprego. "Serviços representa 75%

do total do PIB e está com uma ociosidade enorme", alertou Considera. No PIB do terceiro trimestre, divulgado neste mês pelo IBGE, a atividade econômica recuou 3,9% em relação a igual período no ano passado — com queda de 4,8% na atividade de serviços no mesmo período.

Veículo: Valor Econômico - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 15/12/20 - **Cidade/UF:** Rio de Janeiro / RJ
Título: Tim, Vivo e Claro compram área móvel da Oi sem disputa **Impacto:** Neutro

Telecomunicações Trio de rivais vai pagar R\$ 16,5 bi pelo ativo que está com uma pré-divisão de clientes e espectro

TIM, Vivo e Claro compram área móvel da Oi sem disputa

Rodrigo Carro
Do Rio

Num leilão judicial sem surpresas e com apenas uma oferta, Claro, TIM Brasil e Telefônica arremataram ontem por R\$ 16,5 bilhões a operação de telefonia móvel da Oi. Ao fim de setembro, a operadora em recuperação judicial somava 33,73 milhões de clientes de telefonia móvel. A transação é, até agora, a maior do setor brasileiro de telecomunicações em 2020, de acordo com a KPMG. É, ainda, a maior entre as fusões e aquisições realizadas no país entre janeiro e setembro.

A TIM ficará com a maior parte dos usuários (40% do total ou 14,5 milhões, pelos dados de abril) e das faixas de frequência da Oi. Por isso, desembolsará o valor mais alto: R\$ 7,3 bilhões. Caberá à Telefônica (dona da marca Vivo) aportar cerca de R\$ 5,5 bilhões, por um total de aproximadamente 10,5 milhões de clientes.

A Claro, por sua vez, será responsável pelo pagamento de R\$ 3,7 bilhões. Com isso, terá direito a 32% da base total de clientes de telefonia móvel da Oi. "Para o mercado, é mais racional ter três grandes 'players'. Haveria espaço para quatro, mas, dado que a Oi vai ter de vender sua operação, é um cenário que vejo com bons olhos", opina João Julio Matos, sócio da gestora independente Heliuz Capital.

Em outubro, a Vivo detinha pouco mais de um terço (33,6%) do mercado brasileiro de telefonia celular, segundo a consultoria Telecom. A Claro tinha 26,5% e a TIM, 22,3%. Na quarta colocação, a Oi aparecia com fatia de 15,9%. Mesmo com a migração de clientes da Oi, as posições relativas das três

não vão se alterar no ranking brasileiro de telefonia móvel.

A consumação da venda de ativos móveis da Oi ainda depende da anuência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), conforme frisou o juiz Fernando Viana, da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, durante o leilão transmitido via internet na tarde de ontem.

Em posicionamento divulgado ontem, o presidente da Anatel, Leonardo Euler de Moraes, reconheceu o nível de complexidade da situação da Oi, em recuperação judicial. "O processo de soerguimento econômico-financeiro é permeado de vários desafios, sejam financeiros, operacionais, estratégicos, judiciais e regulatórios", afirmou na nota.

O presidente da Anatel ressaltou que "as condições de contorno da operação não foram explicitadas" ainda. Por isso, ele informou que "é prudente aguardar a formalização do pedido de anuência prévia perante a agência". Destacou que "qualquer juízo de valor seria apressado" e, então, não caberia sequer "falar em abstrato", tecer comentário sobre um caso hipotético semelhante ao vivido pela Oi.

"Dos males, o menor", resume Vivian Fraga, sócia da área de Direito da Concorrência do escritório TozziniFreire Advogados. Embora reconheça que a aquisição trará concentração de mercado, a advogada ressaltou que isso, por si só, não é impeditivo à aprovação. "O Cade considera outros elementos na sua análise, como a saúde financeira da Oi, por exemplo", diz.

Fonte próxima às operadoras que adquiriram os ativos móveis

da Oi argumenta que, embora a transação reduza o número de grandes operadoras no país, não se trata de uma aquisição hostil, mas de um ativo colocado à venda pela própria Oi. "A decisão do ator que começa todo esse processo é a decisão de um ator que disse: 'Eu não consigo mais ser competitivo e investir nesse mercado'", sustenta, sob condição de anonimato. "O mercado brasileiro não suporta, pelos investimentos que necessita, mais do que esse número de três grandes grupos móveis".

A fonte ressaltou que, no leilão de ontem, houve apenas uma oferta. Destaca, ainda, que a expectativa é de que a operação seja aprovada nos moldes em que foi proposta. "Até ouvirmos alguma coisa do lado de lá [autoridades regulatórias], e ainda não recebemos nada, vale o que fizemos", diz.

Com a venda de sua operação de telefonia móvel ontem, a Oi acumula até agora quase R\$ 18 bilhões em ativos alienados nas últimas três semanas. Em 26 de novembro, a Oi se desfz de cinco data centers (por R\$ 325 milhões) e de um conjunto de 637 torres e 222 antenas internas (R\$ 1,067 bilhão).

Dentro do plano de recuperação judicial da Oi, modificado por credores em assembleia realizada em setembro, há ainda duas unidades produtivas isoladas, ou UPIs, à venda (TV por satélite e fibra óptica), ainda sem data marcada para os leilões.

"Para a InfraCo, esperamos propostas vinculantes em janeiro, o que possibilitaria a marcação do leilão para entre fim do primeiro trimestre e o meio do segundo trimestre de 2021", conta uma fonte próxima à Oi. (Colaboração Rafael Bitencourt, de Brasília)

Esvaziando a prateleira

Oi já soma quase R\$ 18 bilhões com alienação de ativos

Negócio fechado				
Ativo	Abrangência	Valor da oferta vencedora	Ofertante	Data da venda
■ Torres móveis	637 torres da móvel e 222 sites indoors (infraestrutura passiva em shoppings, hotéis e outros)	R\$ 1.067 bilhão	Highline do Brasil	26/nov/20
■ Data centers	5 centros de dados	R\$ 325 milhões	Piemonte Holding	26/nov/20
■ Telefonia móvel	Operação móvel completa, incluindo rede ativa, clientes e espectro	R\$ 16,5 bilhões	TIM, Vivo e Claro	14/dez/20

Próximos leilões

Ativo	Abrangência	Previsão do leilão
■ Fibra óptica	Participação no capital da futura empresa de infraestrutura óptica (Trifira Co.)*	1º trimestre de 2021
■ TV paga via satélite	Infraestrutura e equipamentos de DTH, clientes e obrigações relacionadas aos serviços de DTH e IPTV	1º trimestre de 2021

OI ON - Cotação em fim de período (R\$/ação)



Fontes: Empresa, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. *Inclui rede de fibra até a casa do cliente, equipamentos e operação, além de contratos no ar caducos.

Companhias devem levar ao Cade solução 'mastigada'

Murillo Camarotto
De Brasília

As operadoras de telefonia Vivo, Claro e TIM devem apresentar ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) uma proposta bem "mastigada" para a aquisição da concorrente Oi. A ideia é que as empresas se antecipem a algumas exigências do órgão antitruste e distribuam os ativos da Oi em um formato que possibilite o menor nível possível de concentração de mercado.

Uma das medidas consideradas, segundo apurou o Valor, é a redução de participação em alguns Estados. A depender do cenário local, uma operadora poderá diluir sua fatia em favor de uma concorrente com participação inferior ou de uma operadora regional, de menor porte.

De acordo com fontes no Cade, os "remédios" — como são chamadas as medidas implementadas com o intuito de atenuar a concentração de mercado — terão que passar por reduções pontuais na participação das três

operadoras líderes. "A pergunta a ser respondida é se o Brasil comporta apenas três operadoras", afirmou um conselheiro.

Uma solução parecida foi apresentada recentemente na aquisição da Liguigás. Após rejeitar a primeira proposta de compra da empresa, o Cade aprovou o negócio no mês passado. Os compradores apresentaram o modelo conhecido como "fix it first", uma espécie de ajuste antecipado das participações de cada um no setor de gás de cozinha.

O órgão antitruste está analisando a venda da Oi desde agosto, quando as três concorrentes interessadas no negócio encaminharam uma notificação prévia das suas intenções. Na ocasião, o Cade estimou que precisaria do prazo máximo para análise do negócio, de 330 dias.

Ao comentar processo, então, o presidente do Cade, Alexandre Barreto, disse que a complexidade da transação certamente demandaria o uso dos 240 dias previstos na legislação somados a uma prorrogação de mais 90 dias.

Veículo: Valor Econômico - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 15/12/20 - **Cidade/UF:** São Paulo / SP
Título: Dólar deve rondar o R\$ 5 até o fim de 2021 **Impacto:** Neutro

C2 | Valor | Terça-feira, 15 de dezembro de 2020

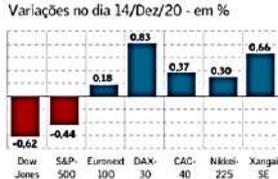
Finanças

Ibovespa

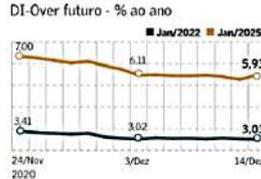


Dólar comercial encerra o dia em queda de 0,45% em relação ao real

Bolsas Internacionais



Juros



Dólar comercial



Dólar comercial encerra o dia em alta de 1,55% em relação ao real

Índices de ações Valor/Coppead



Fonte: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio Apesar do alívio recente no mercado, analistas do Top 5 da Focus alertam para efeito de risco fiscal Dólar deve rondar os R\$ 5 até o fim de 2021

Lucas Hirata e Victor Rezende
De São Paulo

Apesar da firme queda do dólar desde o começo de novembro, analistas que compõem o grupo que mais acerta suas projeções de câmbio ainda trabalham com um cenário de dólar forte no fim de 2020. Os integrantes do "Top 5" de médio prazo do Boletim Focus veem o risco de um repique da moeda nas próximas semanas e se apoiam em estimativas mais conservadoras que o resto do mercado.

Dentre os economistas do Top 5 — formado por Itaú Unibanco, Rabobank Brasil, LAIC, FGV e Previ —, quatro trabalham com dólar em R\$ 5,25 ou acima dessa marca no fim de 2020, enquanto a mediana das projeções no Focus é de R\$ 5,20. A exceção nesse grupo é a Previ, que tem um câmbio de R\$ 5,0847 no período, mas a instituição ressalta que as projeções são para uso interno e podem ser alteradas a qualquer momento.

A falta de definições no campo fiscal é um dos principais obstáculos a um recuo maior da divisa americana e afasta a cotação do que seria seu valor justo — medido pelas contas externas e outros fundamentos econômicos. Para os analistas do Top 5, um alívio mais claro só deve vir em 2021, quando

a questão fiscal for resolvida.

Ontem, por exemplo, o dólar comercial sofreu um solavanco e fechou em alta de 1,55%, a R\$ 5,1228, em um movimento de correção que foi intensificado por preocupações com a situação fiscal. Depois de tocar R\$ 5,01 logo pela manhã, a moeda abandonou a baixa e passou a subir. O avanço ganhou força com o temor dos investidores sobre a pressão em Brasília pela extensão do auxílio emergencial, que colocaria as contas públicas em situação ainda mais delicada.

"Tivemos um descolamento muito grande ao longo deste ano. Pelos nossos modelos, o câmbio de equilíbrio apontaria para o dólar entre R\$ 4,20 e R\$ 4,40. Talvez, se conseguirmos de fato endereçar os principais pontos da agenda econômica, a trajetória de apreciação do câmbio pode se dar de forma mais acelerada do que o esperado, mas ainda estamos longe disso. Preferimos ter uma projeção mais conservadora no momento", afirma o economista-chefe do Rabobank Brasil, Mauricio Une, que projeta que o dólar encerrará 2020 em R\$ 5,25 e chegará ao fim do próximo ano em R\$ 5,05.

O cenário básico do banco holandês contempla crescimento ao redor de 3% em 2021, após tombo de 4,6% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil neste ano, além de

Alívio frágil?

Projeções para o câmbio do Top 5 de médio prazo na Focus (R\$/US\$)

Instituições	Fim de 2020	Fim de 2021
Previ*	5,08	5,00
Itaú Unibanco	5,25	4,75
Rabobank Brasil	5,25	5,05
FGV	5,25	5,45
LAIC	5,40	5,21
Mediana geral na Focus	5,20	5,03

*Previsão que não são para uso interno e podem ser alteradas a qualquer momento. A utilização das projeções de forma isolada, para decisões a respeito de investimento específico não é recomendada.

uma desaceleração do IPCA de 4,4% no fim deste ano para 3,3% em dezembro de 2021. Já o início do processo de normalização da política monetária se daria no quarto trimestre de 2021, com o juro básico chegando a 3% no fim do ano.

Para Une, o fluxo de capitais estrangeiros que deu apoio à apreciação do câmbio brasileiro neste fim de ano pode ter continuidade no ano que vem, a depender da dinâmica de crescimento mundial. O economista afirma que, com a permanência da forte acomodação monetária em países desenvolvidos e com a perspectiva de crescimento mundial mais acelerado do que o dos EUA, "temos a sensação de que podemos ver algum fluxo a mais, já que estamos sendo surpreendidos pela velocidade [da re-

tomada]". O Rabobank trabalha com um crescimento mundial de 4,4% em 2021, enquanto o PIB americano teria expansão de 3%.

Apesar dos ventos favoráveis lá de fora, o alívio recente no mercado de câmbio tem pouco a ver com uma melhora de fundamentos econômicos do país e, diante de persistentes problemas aqui, arrisca ser revertido no curto prazo, alerta Vitor Carvalho, sócio e gestor da LAIC. Mais pessimista que boa parte dos analistas, Carvalho trabalha com projeção de R\$ 5,40 no fim deste ano e de R\$ 5,21 no ano que vem. Ele explica que o risco de um descontrole das contas públicas e a política monetária ultra-acomodatória, com taxas de juros reais negativas, geram um desequilíbrio no câmbio no Brasil.

"Não houve mudança estrutural macroeconômica no Brasil. Ainda enfrentamos a falta de definição sobre a situação fiscal com o agravante da política monetária, que matou o carry trade", afirma. Para ele, o que motivou o alívio recente foi fluxo financeiro de investidores institucionais locais, que desmontaram posição de hedge por causa da mitigação de incertezas lá fora e no Brasil — incluindo a venda de swap cambial pelo BC para enfrentar os efeitos do "overhedge".

Nas últimas semanas, os investidores institucionais brasileiros têm reforçado suas posições vendidas (que ganham na queda do dólar contra o real) no mercado de futuros. Considerando contratos de dólar futuro e cupom cambial, essa aposta saiu de US\$ 23,9 bilhões no fim de outubro para US\$ 36,2 bilhões, uma diferença significativa de US\$ 12,3 bilhões.

Isso foi respaldado, ainda, pelo desfecho das eleições presidenciais nos Estados Unidos e a euforia com as notícias sobre o progresso em torno de vacinas para o combate ao novo coronavírus. Esse contexto também tem significado entrada de recursos pela via financeira e aporte de capital estrangeiro na bolsa, algo que ajuda a derrubar a cotação.

No entanto, Carvalho afirma que o risco fiscal e o juro real ne-

gativo acabam gerando prêmio de risco que não deve ser revertido tão cedo. Para ele, a taxa de câmbio "justa" estaria mais próxima de R\$ 4,85. Por isso, ele diz que não vê "assimetria para ficar vendido" em dólar contra real. "O potencial de ganho se o câmbio continuar melhorando é menor do que se ele piorar. Da mesma forma que ele veio de R\$ 5,80 para R\$ 5, também pode voltar", explica. "Acho que tivemos um certo exagero nessa melhora recente."

O Itaú Unibanco trabalha com uma visão mais otimista sobre a trajetória do câmbio. O banco tem a projeção de R\$ 5,25 para o fim de 2020, mas alterou sua estimativa para a taxa de câmbio no fim de 2021 e passou a esperar que o dólar encerre o ano que vem em R\$ 4,75. Antes, a expectativa era que a moeda americana fecharia 2021 em R\$ 5,00.

"Com a sinalização de manutenção do teto de gastos, a incerteza fiscal deve diminuir. Isso, somado à retomada do crescimento econômico, o cenário global mais benigno e um balanço de pagamentos já ajustado, abre espaço para a apreciação da moeda em direção a um patamar mais consistente com os fundamentos", apontam os economistas do banco em relatório. Em relação a 2022, a projeção do Itaú contempla o dólar a R\$ 4,75.

Clippings

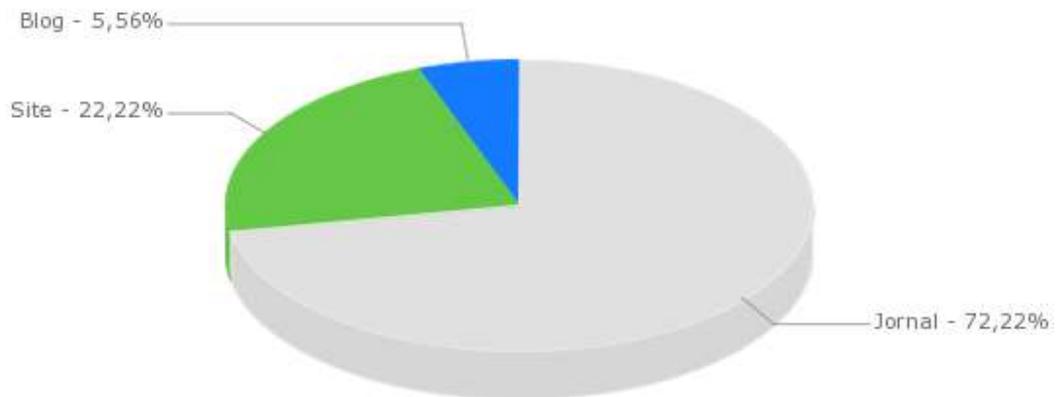
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
14/12/20	CNC	Site			Fecomércio-RN adere aos guias de boas práticas no e-commerce e de combate à pirataria	Positivo	Matéria		A			
14/12/20	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Senado deve votar regulamentação do Fundeb nesta semana	Positivo	Matéria		A			
14/12/20	Blog do Heitor Gregório	Blog	Natal	RN	Natal em Natal tem mais uma semana de vasta programação cultural pela internet	Neutro	Matéria		B			
14/12/20	Jornal O Mossoroense	Site	Mossoró	RN	RN atrai a construção de mais um parque eólico	Neutro	Matéria		A			
14/12/20	NoMinuto.com	Site	Natal	RN	RN terá R\$ 1,5 milhão para fomentar empresas de alimentos e bebidas	Neutro	Matéria		B			
15/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	Atividade econômica cresce 0,8% em outubro, diz BC	Neutro	Matéria		A			
15/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	Câmara aprova R\$ 65,6 bi para Estados e municípios	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
15/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	SMG aprova réveillon e exige testes	Neutro	Matéria		A			
15/12/20	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Revés na agenda das armas	Neutro	Matéria		A			
15/12/20	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Em dois anos, Bolsonaro avança entre pobres e perde apoio dos ricos	Neutro	Matéria		A			
15/12/20	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Corrida pela vacina	Neutro	Matéria		A			
15/12/20	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Inglaterra e Holanda adotam mais restrições anti-Covid	Neutro	Matéria		A			
15/12/20	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Brasileiro agora poupa para pagar despesas do dia a dia, diz pesquisa	Neutro	Matéria		A			
15/12/20	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Retomada da atividade econômica perde força em outubro, afirma BC	Neutro	Matéria		A			
15/12/20	Estadão	Jornal		DF	Com o fim do auxílio, governo estuda antecipar 13º salário para aposentados	Neutro	Matéria		A			
15/12/20	Valor Econômico	Jornal	Rio de Janeiro	RJ	PIB per capita ruma para pior resultado em mais de um século	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
15/12/20	Valor Econômico	Jornal	Rio de Janeiro	RJ	Tim, Vivo e Claro compram área móvel da Oi sem disputa	Neutro	Matéria		A			
15/12/20	Valor Econômico	Jornal	São Paulo	SP	Dólar deve rondar o R\$ 5 até o fim de 2021	Neutro	Matéria		A			

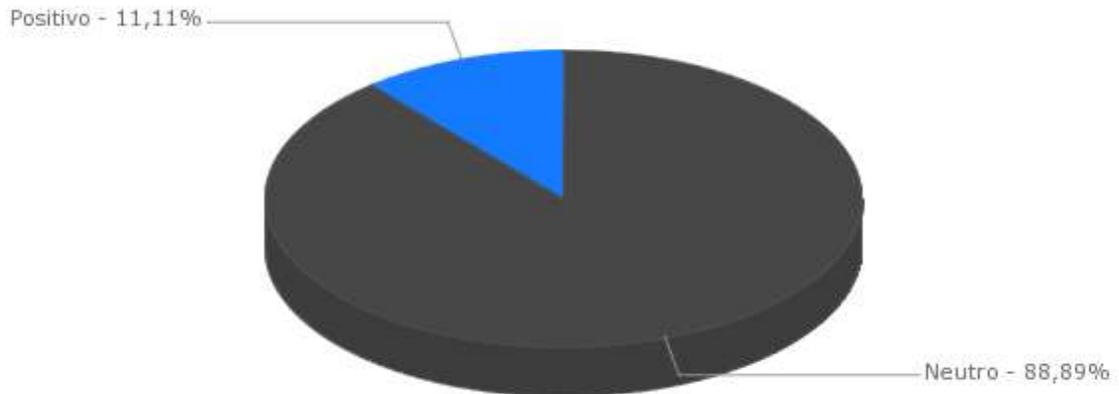
Qtde.: 18

Clippings por Tipo de Mídia



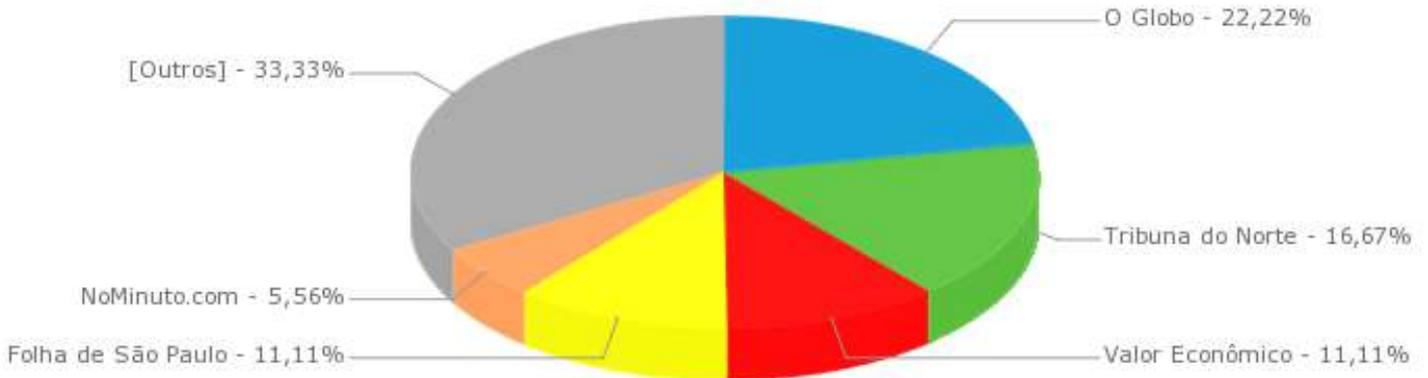
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	13	72,22 %
Site	4	22,22 %
Blog	1	5,56 %
Total:		18

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	16	88,89 %
Positivo	2	11,11 %
		Total: 18

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
O Globo	Jornal	4	22,22 %
Tribuna do Norte	Jornal	3	16,67 %
Valor Econômico	Jornal	2	11,11 %
Folha de São Paulo	Jornal	2	11,11 %
NoMinuto.com	Site	1	5,56 %
Jornal O Mossoroense	Site	1	5,56 %
Tribuna do Norte	Site	1	5,56 %
Valor Econômico	Jornal	1	5,56 %
Blog do Heitor Gregório	Blog	1	5,56 %
Estadão	Jornal	1	5,56 %
CNC	Site	1	5,56 %
Total:			18